

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BATISTA, Jurema da Silva. Jurema Batista (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 20min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Jurema Batista
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 26/04/2004 a 11/11/2004

Duração: 2h 20min

Arquivo digital - vídeo: 3; Fita cassete: 3; MiniDV: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por ser uma importante militante do Movimento Negro desde o início da década de 1980.

Temas: Assembleia Legislativa; Atividade profissional; Câmara dos Deputados; Câmara Municipal; China; Cidadania; Cultura brasileira; Discriminação racial; Ensino; Ensino primário; Ensino superior; Família; Feminismo; Gênero; História; Identidade; Militância política; Movimento negro; Movimentos sociais; Obras de referência; Obras literárias; Partido dos Trabalhadores - PT; Política; Racismo; Religião; Representações; Rio de Janeiro (cidade);

Sumário

1º Entrevista: 26.04.2004 Fita 1-A: Origem; a infância no morro do Andaraí, no Rio de Janeiro, e a perda precoce da irmã mais nova; o trabalho da mãe como empregada doméstica e as vezes em que a entrevistada teve que dormir na casa das patroas da mãe; os estudos e o interesse pela leitura e escrita; o ingresso na Universidade Santa Úrsula, em 1980, e a possibilidade dada na época de permanecer na faculdade; a ingenuidade quando da entrada na faculdade; a visão de mundo cristã; comentários sobre o início do trabalho de alfabetização de adultos e a conscientização político-partidária e sobre o Movimento Negro; a filiação ao PT; o método Paulo Freire e as discussões sobre a realidade da comunidade do Andaraí; o assassinato de um trabalhador pela polícia e a criação e a presidência da Associação de Moradores do Morro do Andaraí, em 1981; a entrada na política de forma não planejada, em um momento de ebulição no país; a participação em um debate no Centro Acadêmico de História Luís Gama da Universidade Santa Úrsula, com Carlos Alberto Medeiros, Lélia Gonzalez e Hermógenes de Almeida Silva Filho; a tomada de consciência da questão racial; a criação do N'zinga Coletivo de Mulheres Negras, junto a Lélia Gonzalez, e a participação no I Encontro Feminista Latino-Americano, no Peru; a militância política; a primeira candidatura a vereadora no Rio de Janeiro; as conquistas à frente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí; a militância no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN); comentário sobre a necessidade de ocupar os espaços políticos.

Fita 1-B: O acesso à informação com a entrada na universidade; o contato com o Método Paulo Freire e a inscrição para ser educadora do MOBREAL; a militância aguerrida no Movimento Negro; comentários sobre o trabalho como assessora da então vereadora Benedita da Silva, de 1983 a 1985; a eleição para vereadora, em 1992; o trabalho pela prefeitura do Rio de Janeiro de supervisão das creches comunitárias municipais; comentários sobre a importância da Marcha de 1988, no centenário da abolição, e do Encontro Estadual da Mulher Negra, também em 1988; a naturalização do racismo durante a juventude; comentário sobre a passagem pela presidência do diretório Municipal do PT, em 1993; comentários sobre a presidência das CPIs das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, durante o mandato na Câmara Municipal; a entrada no Movimento Negro Unificado

(MNU); comentário sobre a passagem da militância para a atuação político-partidária; o início da terapia, em 1989, e o processo de autoconhecimento; comentários sobre a família.

2º Entrevista: 11.11.2004 Fita 2-A: O primeiro mandato como vereadora no Rio de Janeiro, em 1992; a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal; o aprendizado adquirido no primeiro mandato; a construção de diálogos entre pessoas, parlamento e instituições; comentários sobre a composição do mandato com militantes comunitários, do movimento negro e representantes dos grupos de apoio a campanha; o mandato como um laboratório para se tentar coisas novas; comentários sobre as comissões do parlamento e a atuação na presidência da Comissão de Direitos Humanos; comentário sobre a disputa na Comissão de Direitos Humanos e a sua cooptação por partidos de direita; comentários sobre a atuação nas comissões e a relação com os governos; a experiência do primeiro mandato e a eleição para o segundo; a terceira eleição para a Câmara Municipal, em 2000, após um hiato; a eleição para deputada estadual, em 2002; comentário sobre as negociações dentro do parlamento; o machismo dentro do parlamento; a discriminação racial velada no parlamento; comentário sobre a amplitude adquirida via movimento negro no trabalho como deputada estadual; o mandato como deputada englobando outras questões e não somente a questão racial; comentário sobre o projeto Favela-Bairro. Fita 2-B: Comentário sobre o texto publicado no Jornal do Brasil contra a intervenção militar nas favelas cariocas e a origem do projeto Favela-Bairro; os projetos durante o mandato como vereadora; a identidade e a cidadania adquiridas com a discussão sobre a questão racial; a participação em debates em escolas de segundo grau; o crescimento do movimento negro; comentário sobre o racismo estrutural no Brasil; comentário sobre o projeto quesito cor e a sua importância na melhor destinação de recursos públicos; comentário sobre o projeto de capacitação de funcionários públicos, na tentativa de desconstrução do racismo; comentários sobre a autodeclaração e a construção da autoestima da comunidade negra; o encontro promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir a questão da mulher no mundo, em Beijing, na China, em 1995; a participação no encontro em Beijing e o início das legislações sobre equidade de gênero; comentários sobre a força e a presença de mulheres negras nos espaços de debate e representação. Fita 3-A: Comentário sobre a conferência de Durban e suas repercussões no Brasil; a participação na marcha de Zumbi; comentário sobre a implementação da lei que torna obrigatório o ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e a luta do movimento negro pela sua regulamentação nos estados; comentários sobre a política de cotas; os privilégios dos brancos no Brasil; a necessidade de uma reparação por parte do Estado brasileiro e a falsa ideia de meritocracia; comentário sobre a importância da representatividade; a ascensão social do negro no Brasil e a necessidade de cotas para além do ensino superior; as melhorias na condição de vida em relação às décadas passadas e o legado deixado para as próximas gerações; comentário sobre o trabalho em uma metalúrgica na juventude.

1ª Entrevista: 26/04/2004

V.A. – Jurema, conforme a gente já estava, mais ou menos, iniciando a nossa conversa, a gente queria saber, a gente queria conversar com você sobre desde o início, a sua trajetória desde a infância. A gente recebeu, acho que foi a Helen que mandou o seu currículo, você nasceu em 09 de agosto de 1957. Foi no morro do Andaraí mesmo?

J.B. – Eu, desde pequena, estou no morro do Andaraí, mas nasci em uma maternidade em São Cristóvão. Mas a minha família já residia no morro do Andaraí. Eles eram mineiros e vieram para o Rio de Janeiro nas primeiras ocupações de favelas ali naquela área da grande Tijuca.

V.A. – Raimunda Astrogilda da Silva, sua mãe e o seu pai é José Batista. Ambos vieram mais ou menos quando?

J.B. – Vieram de Minas, de Ubá.

V.A. – E quando eles vieram, mais ou menos?

J.B. – Uns dez anos antes de eu nascer. Então eu sou filha de pessoas que vieram de Minas para tentar melhorar de vida aqui no Rio de Janeiro.

V.A. – E já conheciam pessoas aqui?

J.B. – Vieram porque já tinham outros parentes que tinham vindo de Minas para cá. Minha mãe não veio dez anos antes de mim, veio bem antes. Ela veio já na infância, porque ela veio para trabalhar em casas de famílias aqui.

V.A. – Com quantos anos, mais ou menos?

J.B. – Ela era menina, então, tinha nove para dez anos, quando ela veio. Depois passou, ela teve o primeiro filho, aí depois encontrou meu pai, começaram a namorar... Isso já contando décadas.

V.A. – Mas isso aqui, ou ...

J.B. – Tudo aqui no Rio de Janeiro. Aí ela me teve, com meu pai, aí depois teve uma parte meio complicada: Meu pai teve problema de alcoolismo. Se envolveu com a questão do álcool e teve um problema sério. Aí minha mãe começou a trabalhar fora, foi ser empregada doméstica de novo. No período em que ela estava lá bem com o meu pai, ela parou de trabalhar. Mas depois ela voltou a trabalhar...

V.A. – Seu pai fazia o quê?

J.B. – Ele trabalhava em fábrica, fábrica de tecidos. Aí, depois, quando eu nasci meu pai se ausentou e eu fiquei com a minha mãe já desde pequena. Ficamos eu, ela e...

V.A. – Seu irmão...

J.B. – Uma irmã. Meu irmão foi criado com outra família. E aí nós começamos a...

V.A. – Você, ela e... Você ia falar mais alguém?

J.B. – E a minha irmã mais velha. Aí depois eu tive outra irmã.

V.A. – Mais nova que você?

J.B. – Não. Mais velha que eu.

V.A. – Então nasceu o irmão, depois a irmã, depois você. Você é a caçula?

J.B. – Não. Sou a do meio. Depois de mim ainda tem outra. Luciana. E aí, nesse meio tempo, ficamos eu e ela no morro. Nós tivemos muitos problemas porque a comunidade era muito carente realmente, e nós morávamos em casas paupérrimas. Três vezes a casa caiu, com negócio de enchentes. Então: a primeira casa caiu, ela construiu no mesmo lugar; a segunda casa caiu, ela construiu no mesmo lugar; a terceira casa caiu, ela construiu no mesmo lugar. Aí depois um parente nosso, que morava em uma casa, se mudou e alugou essa casa lá dentro da favela para nós. Era uma casa um pouco melhor.

Eu só fui descobrir depois porque a casa caía tanto. Depois eu me tornei presidente da associação de moradores e descobri que a casa caía porque a gente construía em um lugar, que é chamado talvegue. Que o pessoal que trabalha na área de Geologia e de Geografia, sabe que é o curso natural que a água faz nos morros. Então, toda vez que ela construísse ali, a casa ia cair. Como a gente não tinha conhecimento geológico, nem geográfico, nem de nada, então construía sempre a casa, e a casa sempre caía. A rocha tem aqueles vácuos, e quando a água vem naturalmente, quando a água da chuva vem, é o curso natural da água. Então, toda a vez que construísse ali, não tinha jeito: A casa ia cair.

V.A. – Ela conseguiu sustentar os quatro irmãos? Não, o menino não.

J.B. – Nós duas. Primeiro éramos nós duas. Bem depois, quando eu já tinha nove anos nasceu uma outra irmã minha...

V.A. – Que é do seu pai também?

J.B. – Que é do meu pai. Com a história da chuva ficou uma coisa, até hoje, não muito esclarecida. Porque nossa última casa desde que a casa caiu – as duas vezes, nós não estávamos em casa –, nessa última estávamos eu e ela na casa. Aí, quando a casa ia cair, eu vi entrando lama na casa, eu saí para gritar um vizinho. Aí o vizinho veio para nos acudir, mas quando eu saí a casa caiu. Eu digo que foi a mão de Deus realmente. Aí a casa caiu, eu tinha saído, mas minha irmã ficou dentro. E logo depois ela ficou doente, teve um problema de meningite e

morreu. Muito perto do acontecimento. E as pessoas diziam na época que meningite é a infecção da meninge, e que ela teve meningite porque infeccionou a meninge, porque quando a casa caiu fez um “ovo” na cabeça dela. Ficou um negócio muito grande na cabeça e aí ela... Porque eu estou contando essa história? Dói... É triste. Aí ela morreu.

V.A. – Essa era a sua irmã mais nova...

J.B. – É. Depois de mim, é.

V.A. – Que nasceu quando você tinha nove anos.

J.B. – É.

V.A. – O que eu estava perguntando era se ela, então, sustentou toda a família só como empregada doméstica.

J.B. – Só ela, como empregada doméstica.

V.A. – E ela saía de manhã e voltava?

J.B. – E era um trabalho escravo. Porque, como é que era o trabalho? Naquela época... E aí o Movimento Negro, os movimentos sociais tiveram muita responsabilidade nessa luta do respeito à empregada doméstica hoje. Porque as empregadas domésticas, até muito pouco tempo atrás, e, de repente, no interior, eram tratadas como escravas mesmo. Minha mãe saía de casa geralmente às seis horas da manhã e voltava depois das dez da noite. Então, ela voltava assim, e a gente ficava... parte minha irmã tomava conta de mim, mas logo depois ela também foi trabalhar fora para ajudar, e aí, com 17 anos ela casou e caiu fora. Eu digo que ela fugiu da pobreza. E aí passou... Nesse meio tempo eu estudava, eu era bastante inteligente, todo mundo dizia isso: “Jurema, tu é inteligente...”

V.A. – Estudava em escola municipal lá perto?

J.B. – Escola municipal, pública. Escola Panamá. E aí, nesse meio tempo, minha mãe resolveu dormir em casa de família. Minha irmã foi trabalhar fora, já com 13, 14 anos. Ficamos eu e ela. E as madames gostavam de mulheres que dormiam na casa. Então, a condição era sempre: Ela iria, mas tinha que levar a filha, que era eu. E aí, por isso ela ganhava muito menos, porque tinha um contrapeso na vida dela, que era a filha.

E aí, tinham as coisas boas, tinham as ruins, mas até então eu tinha uma alienação total, inclusive dos problemas sociais que eu vivia. Porque eu era criança, eu brincava “pra caramba” quando estava lá no morro... aproveitei o que tinha de melhor no que a vida me ofereceu, tanto na infância, como já na adolescência.

V.A. – Então, você começou a dormir na casa das patroas a partir de quê, dos dez anos, mais ou menos? Talvez?

J.B. – Uns seis, sete, assim... Já na primeira fase do primário, na casa de madame...

V.A. – Fazendo a escola perto dessas casas, então?

J.B. – Isso. Sempre no Grajaú. Minha mãe trabalhava sempre no Grajaú, e a Escola Panamá é no Grajaú. Então, era tranquilo nisso aí. Aí, o tempo foi passando, minha mãe desenvolveu o problema de alcoolismo também. E aí, a coisa ficou complicada porque ela bebia muito e não tinha muito... A vida não era assim muito certinha: Ela bebia, ficava mal, aí mudava de emprego... E nessa história, eu acho que eu morei em umas dez ou quinze casas no Grajaú. Eu faço caminhadas no Grajaú e falo assim: “Já morei nessa casa, sei como é esse quarto, sei que ali atrás tem não sei o quê...” Umás foram derrubadas para fazerem colégios, outras foram derrubadas para fazerem apartamentos, porque eram casas imensas que minha mãe trabalhava.

Eu me lembro que teve uma história de uma enchente no Rio, e dessa vez nós estávamos nessa casa de família. Então vieram os familiares todos para essa casa, porque teve um problema de água, porque perfurou os canos, aí algumas casas ficaram com a água interrompida. E os familiares dessa casa, dos patrões da minha mãe, foram todos morar lá. Eu me lembro da minha mãe tirando água da cisterna com um baldinho, porque nas bicas não saía água. E ela lá... Antes eram três pessoas que moravam na casa. Quando teve a enchente, vieram mais não sei quantas pessoas. E era uma casa de dois andares, a casa ficava cheia de gente e minha mãe lá fazendo comida, arrumando as coisas, lavando louça... eu olhava assim, e tinha um detalhe nessa história da minha mãe que é super legal, de preservação que ela teve comigo: Ela não deixou eu fazer nada. Não tinha madame que me mandasse fazer, porque ela não deixava. Ela não me deixava lavar louça, não deixava lavar... Eu me lembro que quando ela estava fazendo nhoque, que o nhoque estava subindo lá, aí eu falava: “Deixa eu tirar o nhoque.” Ela falava: “Sai daqui!” Por preservação, porque ela sabia que não era bom ser empregada doméstica.

O resultado disso é que eu não sei nem fazer arroz. Mas ela sabia porque que ela tinha que me preservar. Porque na verdade ela não queria que eu seguisse a mesma trilha dela, que, com certeza, ela não gostava. Aí passou, aí já vim para a adolescência... Sempre passava de ano, era uma boa aluna, alguns desses patrões resolveram investir em mim em algumas casas que ela ficava, compravam algumas coisas, livros, uniforme... Mas, precisamente a partir da quinta série, eu tive uma família que começou a bancar o material escolar para mim, mesmo.

Então, cada ano, quando eu recebia a lista, eu levava nessa casa e a moça falava: “Volta...” geralmente eu levava na segunda-feira, ela falava: “Volta na quinta-feira.” Aí chegava aquele monte de material, aquelas caixas de material escolar, de livrarias. Eu ficava muito feliz. Eu chegava em casa e lia tudo, lia, lia... que eu acabava. O livro de Português, então... que depois veio a ser minha formação, eu devorava. Todos os livros de Português, eu lia tudo... quando chegava, praticamente, na semana seguinte, quando começava a usar os livros, eu já tinha lido todas as leituras que tinha que ser feito, eu já tinha feito.

Bom, e aí as pessoas iam dizendo que eu era boa... Eu comecei a acreditar que eu era boa mesmo, continuei a passar de ano, fui fazer o segundo grau à noite... Quando eu fui fazer o segundo grau, eu escrevia muito, fazia redações, muitas redações, aí a professora falou para mim: “Você é uma menina muito boa. Sua redação é maravilhosa. Você devia fazer Português e Literatura.” Eu falei: “Está aí. Acho que eu vou fazer.” Aí, no segundo grau eu defini que ia fazer Literatura. No final do segundo grau eu engravidei, no último ano. Aí tive a minha filha, e aí, fiz o vestibular de 1979 da Cesgranrio, na época. Em 79 prestei vestibular, passei...

V.A. – Entrou em 1980, então? Na Santa Úrsula?

J.B. – Foi em 1980, aqui mesmo na Santa Úrsula. E é muito engraçada, porque hoje eu fico vendo que eu estudei na Santa Úrsula. E eu sou cristã, então eu vejo a mão de Deus em tudo, porque tinha uma estória com universidade católica, com escola católica... Depois eu fiz terapia e até identifiquei porquê. Porque nessas casas em que minha mãe trabalhava, todo mundo estudava em escolas católicas: As meninas estudavam no Colégio Santa Marcelina, na Tijuca. Aí, os filhos, quando ficassem mais velhos, estudavam na PUC, faziam Engenharia... tudo na PUC. E eu desavisada, fiz Cesgranrio, tinha nota para passar para a UERJ, mas eu coloquei a Santa Úrsula em primeiro lugar. Foi uma coisa assim... Ainda bem que Deus tinha lá as provisões dele para mim, porque foi tão legal, que aí eu estudei na Santa Úrsula, mas não tinha dinheiro para pagar. E aí, o que aconteceu? Consegui logo de cara o crédito educativo. E foi tão legal, porque... eu tinha que estudar lá mesmo. Porque na UERJ eu não ia ter as condições que a Santa Úrsula me deu na época. Porque a UERJ não tinha cotas, e muito menos auxílio para os alunos. E eu era muito pobre. E aí, na Santa Úrsula eu ganhei o crédito educativo. Na época eles pagavam a mensalidade e davam um auxílio que era....

V.A. – Passagem, alimentação...

J.B. – Era um salário mínimo. A gente ia lá na Caixa Econômica todo mês pegar. E aquilo era certinho durante quatro anos, e todo dia primeiro estava lá, eu ia lá pegar minha ajuda de custo.

E eu podia ficar o dia inteiro aqui na Santa Úrsula, nos laboratórios, estudando o dia inteiro na biblioteca... Aí eu dava aula particular em algum lugar... Fazia um monte... “Pintava a sapequeira”, mas eu tinha uma verba própria para me manter, para lanchar com dignidade o dia que eu precisava, que eu ficava fazendo seminário, ficava o dia na faculdade... Eu falei: “Poxa, mas Deus fez tudo certinho.” E é por isso que eu não podia ter ido para a UERJ. Como eu descobri isso? Quando começamos a discutir cotas. Porque os alunos que passaram para as cotas da UERJ, hoje eles vão lá e dizem: “Eu vou largar, porque não tenho condições. Não tenho o dinheiro da passagem, não tem...” Não tem nada.

E eu tive o privilégio de estudar... na época a Santa Úrsula, hoje está decaída, mas na década de 1970 ela era um excelente faculdade, reconhecidíssima. Eu estudei com a fina-flor da elite, com os Marinque e Veiga(**Conferir*****) na época. Eu estudava de manhã na Santa Úrsula, então, a fina-flor aqui da classe média do Rio de Janeiro, as aulas eram maravilhosas, tinham professores ótimos. Me formei bem, tive uma boa formação, porque eu fui fazer o que eu gostava, e foi super legal... Aí, na Santa Úrsula que começou a história.

V.A. – Entrou em 1980 na Santa Úrsula.

J.B. – Aí, o que aconteceu? Eu entrei na faculdade para lá de alienada. Eu não tinha noção de nada, eu queria estudar na universidade católica... Não sei como na época eu não pensei na PUC. Na época eu só queria estudar na universidade católica. Vim para cá para a faculdade para estudar, eu tinha um monte de pré-conceitos na minha cabeça. Eu achava que a maioria dos negros não conseguiu nada porque eles não queriam nada, porque eles não corriam atrás, porque o pessoal não queria nada. Eu achava isso: “As pessoas não querem nada.” E era isso, eu entrei para a faculdade pensando isso. Eu tinha uma visão, que eu recebi algumas coisas da vida e que eu tinha que devolver. Era uma visão cristã, mas eu não sabia disso. Então, eu resolvi começar um trabalho dentro da minha comunidade de alfabetização de adultos, aí busquei um preparo para fazer isso, me apresentaram o método Paulo Freire. Aí começou, começou já a abrir um pouquinho a cabeça...

V.A. – Isso foi apresentado aonde? Aqui na Santa Úrsula?

J.B. – Não. Tinha um grupo do PT lá em Vila Isabel, era chamado “PT da Educação”. Só que eu não sabia o que era PT, não sabia nada disso. Sabia que era um grupo que estava se reunindo para preparar pessoas para dar aulas para alfabetização de adultos, aí entrei nesse grupo.

A.P. – Isso em?

J.B. – Isso já em...

V.A. – Foi antes da Santa Úrsula ou foi depois?

J.B. – Não. Isso foi tudo durante. Foi em 1980, no ano que eu entrei para a faculdade. Aí comecei a fazer parte desse grupo, ainda não tinha nada desse negócio de PT na minha cabeça, mas logo depois começou o surgimento do PT, e as filiações, e as pessoas começaram a falar em filiar. Foi tudo junto: A consciência do Movimento Negro, a consciência político-partidária. E aí me chamaram para eu me filiar ao PT... E era muito engraçado, porque lá onde eu morava tinha uma escola de samba, que era um bloco carnavalesco na época, e eu gostava de ficar cantando todo final de semana lá no bloco, eu era a puxadora de samba do bloco lá. Aí, eu ficava lá cantando o samba, gostava de cantar a beça, até, no final de semana eu estava tomando banho e me lembrando do samba, que eu sempre cantava para abrir o samba. E é um mundo extremamente machista. Quando a quadra estava cheia eles chegavam para mim e diziam assim: “Muito obrigado Jurema. Agora, vamos começar o samba.” [risos]

E, em um dia desses que eu estava lá cantando o samba, veio o cara do PT que sempre estava comigo e me passou uma cantada, falou assim: “Nós estamos criando um partido dos trabalhadores. Você não vê como é que é esse negócio de partido aí...” Era ARENA e MDB. “Dois partidos, e a gente está brigando para mudar esse país. A gente precisa criar um partido, mas tem que ser um partido que tenha a cara dos trabalhadores...” Eu falei: “Estou nessa.” Aí eu falei: “Mas quem é que está nisso?” Ele falou assim: “Tem o Lula lá em São Paulo.” Eu falei: “O Lula, aquele barbudo?” Toda animada: Me filiei. Sou uma das primeiras filiações aqui do Rio de Janeiro. Aí, depois que eu me filiei, ele falou assim: “Agora, não é só isso não. Agora que você se filiou, você vai ter que filiar um montão de gente, porque a gente está construindo um partido.” Eu me lembro que na época eu filiei 600 pessoas, porque era mole: Eu cantava no samba, dava aulas para os adultos, aí depois ainda fiquei dando aulas para as crianças na comunidade. Então era mole, eu tinha uma relação muito boa com o pessoal lá no morro.

Nesse meio tempo, a polícia subiu no morro e matou um trabalhador. E eu dava aula a noite com o método Paulo Freire, e eu não acredito em coincidências, a gente estava lá aprendendo a palavra geradora vida: Vida v- i - d- a. Porque o método pressupõe que você discuta a realidade dos alunos, porque o grande problema que perceberam, é que os adultos não se alfabetizavam porque usavam livros de criança para o adulto: Ivo vê a uva. Aí... Adulto não idiota, ele corre, sai “batido” mesmo. E aí, a gente começou a trabalhar o método e começou a discutir a realidade da comunidade. Aí, descobrimos que a vida lá era muito difícil, que a vida lá era desprezível, porque a gente vivia em condições sub-humanas, não tinha água, não tinha

luz na época. Nesse meio tempo, isso foi em uma sexta, a gente estava terminando de dar essa palavra geradora, no domingo, subiu um policial lá e matou um trabalhador, comprovadamente trabalhador. Aí, na segunda-feira quando a gente veio para a aula, aí o pessoal... estava todo mundo reclamando: “Poxa vida, isso não tem jeito. A gente tinha fazer alguma coisa.” Eu falei: “É mesmo.” E estava no momento da FAMERJ, o surgimento da FAMERJ, estava muito forte, o Chico Alencar era o presidente da FAMERJ. Então a gente ouvia muito falar de associações de moradores.

E foi criada uma associação de moradores lá no bairro do Andaraí, AMARAÍ. Aí, os alunos começaram a falar isso: “Vamos fazer alguma coisa. Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo...” Eu falei: “Então, vamos procurar o pessoal lá da AMARAÍ, do bairro. Eles estão brigando lá por uma praça, e vamos lá levar o nosso problema para eles.” Aí levamos em uma reunião da AMARAÍ. Fomos eu e os alunos para a AMARAÍ. Aí, chegamos lá e dissemos: “A gente está precisando de vocês para vocês ajudarem a gente a resolver o problema lá do morro. A polícia está dando tiros...” Aí o presidente, que era do PT também, falou assim: “Realmente, a gente sabe que o problema de vocês é muito sério, mas o problema é de vocês. A gente não tem como resolver o problema de vocês. A gente mora aqui no bairro, a polícia não entra na nossa casa. A gente tem água, a gente tem luz. Se você quiserem resolver alguma coisa, agente pode até ajudar vocês, mas fazer por vocês não dá.” Era bem a filosofia do PT mesmo, “paulofreiriana”.

Aí, eles foram para o morro e nos ajudaram a montar a associação. Aí montamos a associação, discutimos estatutos, aquele negócio bem petista: 300 reuniões para discutir o estatuto... Aí, fizemos tudo direitinho, aí: “Agora vamos procurar então montar a diretoria.” Não tinha oposição porque era uma chapa de consenso. “Então vamos procurar agora o presidente.” Aí, saímos eu e uma amiga que está em Niterói, fomos procurar o presidente, porque na nossa cabeça o presidente tinha que ser homem. Então nós saímos atrás de homem lá para ser presidente. Aliás, dois: Um disse que não podia ser, aí o outro também disse que não podia porque esse negócio de associação de moradores ia tomar muito tempo dele, e ele não queria ninguém na porta dele, não queria confusão. Aí voltamos para a reunião e falamos assim: “Nós não conseguimos o presidente.” Aí uma moça lá falou: “Mas quem mandou vocês saírem para procurar o presidente? Se nós temos a presidente aqui.” Eu falei: “Mas ninguém quer ser.” Ela falou: “Claro. Mas você nem pensou que você poderia ser a presidente?” Eu

falei: “Não. Não pensei isso e nem quero.” Tinha marido, a filha pequena, a faculdade e um monte de aulas que eu dava por um monte de lugares. Mas nem pensei nessa hipótese.

Aí ele falou, e na hora que ela falou, todo mundo: “É isso mesmo. Tem que ser você. Além do mais, você fala bem, você sabe escrever. Tem que ser você que vai representar a gente.” Bom, nessa brincadeira, encurtando a história, eu virei presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí.

V.A. – Quando foi isso?

J.B. – Tudo é 1980. Tudo aconteceu em 1980 na minha vida.

V.A. – 1981 foi a fundação do PT, não foi? Então foi depois...

J.B. – É, foi 1981. Eu estava exatamente nas primeiras filiações, porque para criar o PT tinha que ter 100 mil filiações no Brasil todo. Eu fiz parte desse grupo dos filiados na fundação.

V.A. – Então esse do Andaraí também deve ter sido em 1981.

J.B. – Foi tudo junto, porque estava acontecendo a abertura política. Depois que eu fui entender onde eu estava. Eu estava no meio de um negócio, de uma ebulição. Porque estava acontecendo um movimento no Brasil e eu entrei nele assim, porque mataram alguém lá na comunidade... Porque Deus quis que eu estivesse nesse negócio todo. Eu não me programei para isso. Eu acho muito engraçado essa coisa de política, porque na política o pessoal prepara os filhos, as elites, e eu virei política assim... foi tudo, sob o olhar humano, foi tudo por acaso.

Bom, virei presidente da Associação de Moradores, não tinha nada combinado, e nesse meio tempo, eu estava aqui na faculdade e um dia – a coisa racial ainda não estava na minha cabeça –, um dia ia ter um debate aqui na Faculdade Santa Úrsula e nós tínhamos o Centro Acadêmico de História chamado Luís Gama, que era um pessoal até da Bahia, negros da Bahia que dirigiam o Centro, o C.A. de História.

A.P. – O Centro Acadêmico de História era Luís Gama?

J.B. – Era, aqui da Santa Úrsula. Aí me convidaram para um debate, aí eu falei: “Eu?” Disseram: “É para esse negócio de negro...” Eu falei: “Eu? Não quero saber disso. Está ficando maluco?” Eles disseram: “Porque tem racismo no Brasil...” Eu falei: “Que racismo? Onde é que vocês inventaram esse negócio? Era só o que faltava. Vocês estão trazendo coisas dos Estados Unidos para cá. Não tem esse negócio aqui não, só na África do Sul.” E aí eles ficaram insistindo, insistindo para eu ir lá, e eu não queria ir. Aí nisso, começou a aula, aí daqui a pouco entra um “rastafari” na minha sala: “Vamos lá que a gente está te esperando.” Eu falei: “Para

onde?” Ele falou: “Vamos lá, você tem que ir no debate. Vai ser um debate maravilhoso.” Aí eu fui para o debate “a laço.” [riso]

Aí cheguei lá no debate, quem estava na mesa? Carlos Alberto Medeiros, Lélia Gonzáles e esse rapaz que depois veio a ser meu assessor, ele foi até assassinado, Hermógenes.

V.A. – Esse que veio te chamar?

J.B. – É, esse que foi me chamar. Quando eu fui vereadora ele foi meu assessor, no primeiro mandato de vereadora. Aí cheguei lá com o Carlos Alberto Medeiros falando daquela forma com a qual ele falava, ainda por cima era muito bonito, na época, muito rapazinho. E a Lélia lá falando daquele jeito que ela falava, maravilhosa. Conheceram Lélia? Maravilhosa. Você não conheceu.

A.P. – Já li.

J.B. – Material, não é? Aquela forma contundente com que ela falava, apaixonada. Mas eu briguei emocionalmente com ela. Eu falei: “Essa mulher está ficando doida. Onde é que essa mulher arrumou isso?” Foi muita resistência, mas, ao mesmo tempo, alguma coisa ela falou que tocou tão profundamente, que eu lia muito o Jornal do Brasil, e eu sabia assim: “A Lélia Gonzáles vai estar fazendo um palestra na Fundação Getúlio Vargas...” Eu vinha. “Lélia Gonzáles vai estar fazendo palestra não sei onde...” Eu ia. Comecei a ir onde eu sabia que ela estava e ficava ouvindo, aí entendi tudo. Foi exatamente nesse momento que eu tomei consciência da questão racial. Eu fiquei muito brava, muito brava... Era uma “militante pitbull”, entendeu? Porque eu fiquei com muita raiva. Depois que eu entendi isso, no processo psicanalítico, inclusive. Porque eu fui enganada a vida inteira. A vida inteira eu bebi na tal estória de que no Brasil não tinha racismo. Quando eu descobri que existia, e quais eram os índices, que naquela época nem tinha muito, não tinha muitas pesquisas com item cor. Mas quando as pessoas faziam as denúncias e eu comecei a ver, realmente eu morava, e quantas pessoas que moravam lá, como a polícia tratava essas pessoas, qual era o nível de escolaridade daquelas pessoas... Eu via empiricamente. Eu comecei a perceber: “Realmente, aquele pessoal está falando aquilo e é tudo verdade.” E eu vivia ali no caldeirão, sabia que aquilo era verdade.

Então fiquei muito brava. Então foi assim: Eu fui para a extrema. Eu era da extrema esquerda do PT, eu era da extrema esquerda do Movimento Negro, em tudo eu era dos extremos. [riso] E aí, nisso, eu procurei o IPCN, me filiei ao IPCN. Logo depois a Lélia criou o N’zinga Coletivo de Mulheres Negras. Porque a gente percebeu que tinha a questão racial, mas dentro da questão racial também tínhamos a questão de gênero. Aí criamos o N’zinga

Coletivo de Mulheres Negras, eu participei com a Lélia da fundação. Elas me mandaram para o, acho, que o primeiro Encontro Feminista Latino-Americano, no Peru. Eu fui representando essa entidade...

A.P. – Lembra quando foi isso?

J.B. – Acho que foi em 1981, ou 82. Eu estou lembrando aqui dessas coisas agora. A gente vai falando e vai lembrando. E eu fui representar as mulheres negras. Aí eu fui lá nessa conferência representando o N'zinga, e aí comecei a ser militante. Aí eu sentia facilidade para falar, as mulheres sempre me indicavam para tudo, para falar: “Vai lá. Agora você vai representar a gente na Bahia, em Minas, São Paulo...” E no PT também aconteceu a mesma coisa: “Você vai representar o PT não sei aonde...” Primeira convenção nacional do PT eu fui representar parte do grupo do PT no Rio. Então, eu era sempre delegada de alguma coisa. Aí passou, e em 1982 eu fui candidata a vereadora porque foi a fundação do PT. A gente tinha que lançar um monte de candidatos, que era para legalizar o partido. Para a legenda ter “x” votos para legalizar. Então não tinha estrutura nenhuma, a gente andava de ônibus. Mas indicou lá e, na época, eu tive três mil e poucos votos. E naquela época que teve o voto vinculado, que o PDT de Brizola arrebitou, elegeu todo mundo. Elegeu o Agnaldo Timóteo com 500 mil votos... o pessoal se animou e falou: “Poxa vida. Você tem voto.” E começou a partir daí, dessa primeira eleição, as pessoas começaram a pensar na possibilidade de me eleger vereadora. Lá no morro eu já era presidenta da Associação de Moradores, nós conseguimos, na época, para a comunidade, um monte de coisas com o poder público. E era tudo com muita briga. Eu era muito radical na época, a gente não fazia concessão. Então a gente conseguiu, na época, colocar luz na comunidade, conseguimos construir uma creche para as crianças. E aí, isso era todo um grupo que estava comigo, a gente era a comunidade, era a maioria negra, então a gente era da comunidade, da Associação dos Moradores, a gente era do núcleo do PT do morro do Andaraí, e a gente era – todos – militante do IPCN. Eu, Rosália, na época, Jorge...

V.A. – Rosália?

J.B. – Rosália Lemos. Ela agora é responsável pela questão da mulher em Niterói. Tipo secretária da questão da mulher em Niterói. Se vocês quisessem chamá-la também seria bom. Ela também é dessa época, bem antiga.

V.A. – E esse Jorge? Jorge o quê? Também é do Andaraí?

J.B. – É do Andaraí também. Então a gente começou a fazer esse trabalho, já mais político partidário, porque o que a gente entendeu nesse meio tempo? Que o que entravava nossa vida

era a política. A política é que tinha definido onde é que a gente tinha ido morar, a política era cheia de preconceitos, com a mulher, com o negro... Os políticos nos viam de forma depreciativa, nos usavam sempre para buscar votos. Tivemos um história assim antes de fundar a associação, que um político perto da eleição foi lá na comunidade, levou um monte de canos – porque o nosso problema lá sempre foi de água e luz –, então ele levou um monte de canos de PVC, fez um discurso lá na comunidade e se comprometeu, que se todo mundo votasse nele, que ele ia colocar água para a gente na comunidade. E aí, passou um lista de papel almaço, todo mundo se comprometeu a votar nesse homem. Voto era isso, não é? E aí, quando estava faltando uma semana para a eleição, ele foi lá e mandou buscar os canos, e disse para a gente que ia trocar os canos de PVC, porque não era bom. Ele ia trocar por canos de metal. E aí a gente ficou esperando. Aí acabou a eleição, todo mundo votou nele e depois a gente descobriu que esses mesmos canos já tinham ido para o morro da Formiga e para o morro do Borel. [risos]

V.A. – Quem era?

J.B. – Eu não me lembro. Daqui a pouco eu me lembro o nome dele.

V.A. – Isso foi em 1980, também foi antes?

J.B. – Isso foi antes do PT surgir. Acho que era da ARENA, porque eram ARENA e MDB. Foi antes da nova onda partidária. E aí nós descobrimos depois que o político deu um cano na gente. [risos] Literalmente tomamos um cano do político. Porque eu falei disso?

V.A. – Porque você percebeu que, até então, a política que tinha relegado você a esses lugares...

J.B. – Então eu comecei a fazer tudo junto. Então eu militava no Movimento Negro... Eu tinha uma agenda maravilhosa: Um dia era reunião do Movimento Negro, outro dia era reunião da Associação de moradores, outro dia era reunião de Mulheres Negras, outro dia... Mais a escola das crianças...

A.P. – Tudo isso durante a faculdade?

[FINAL DA FITA 1- A]

A.P. - ...MNU em 1978, você estava completamente alheia...

J.B. – Não. Eu não estava participando não.

A.P. – Mas, nem ouvir falar?

J.B. – Não. Eu era alienada mesmo. Até porque na minha casa não tinha luz, entendeu? Então, a informação... Era Ditadura Militar ainda... Não tinha.

A.P. – O acesso à informação vem com a entrada na Faculdade?

J.B. – Na Universidade. Exatamente.

V.A. – E o contato com esse pessoal de Vila Isabel que estava trabalhando com o Método Paulo Freire. Como é que foi esse contato, como é que você chegou a eles?

J.B. – Tinha o MOBRAL. Eu fui lá me inscrever para ser educadora do MOBRAL, porque eu queria fazer alguma coisa.

V.A. – Foi onde, no Andaraí?

J.B. – No Andaraí. Eu ia dar aulas em Vila Isabel, na Escola de Samba de Vila Isabel. Montaram uma escola de MOBRAL lá. Mas eu cheguei lá naquilo, eu falei assim: “Nossa... Que negócio esquisito. O pessoal não vai aprender nada com isso não.” Aí eu encontrei, nessa reunião do MOBRAL tinha o pessoal que também já estava nesse núcleo de PT, de educação. Aí me convidaram para a reunião.

V.A. – Que você não conhecia?

J.B. – Não conhecia ninguém.

V.A. – Mas foi conversando com essas pessoas...

J.B. – Eles me convidaram para participar dessa reunião que tinha toda terça-feira em Vila Isabel. Pessoas que gostavam de trabalhar com Educação, e estavam discutindo métodos. A gente leu, naquela época, o livro, era famosíssimo, Cuidado e Escola, já ouviu falar? Do Rodrigues. A gente leu aquele livro... Não sei se tenho esse livro, é tão bom...

Aí, teve essa primeira eleição e a gente não ganhou, claro. Continuei lá na militância...

V.A. – Deixa só eu perguntar. Você falou que começou a ser radical, ficou com muita raiva, foi para a esquerda do Movimento Negro. O que era a esquerda do Movimento Negro?

J.B. – Em todo lugar sempre tem o povo mais *light* e o povo que quer sangue. E eu estava lá no povo que queria sangue na época.

V.A. – Quem eram as pessoas, qual era o grupo?

J.B. – Inclusive umas mulheres que não estão mais aqui no Brasil, Sandra Helena...

V.A. – Mas vocês se juntavam em alguma entidade, em alguma instituição?

J.B. – Não. A gente se encontrava no IPCN e saía para beber um chopinho, e aí a gente traçava nossas estratégias para a reunião.

A.P. – Porque essa divisão existia dentro do IPCN, não é? Tinha o grupo mais à esquerda, que era a SINBA, que utilizava a instituição do IPCN, que se reunia no IPCN, porque eles não tinham sede, mas havia o pessoal mais *light*...

J.B. – Teu pai era do meu grupo. [risos] Ele também era do pessoal mais radical. Tinham homens e mulheres nesse grupo. Mas tinha uma mulherada que era terrível. A gente levava...

A.P. – Sandra Helena...

J.B. – Sandrão, chamam de Sandrão. Joana Angélica... Já ouviu falar desse povo? Joana, a Suzete... Então a gente chegava na reunião já preparada para detonar. Vinham com negócio de : “Tem que participar de governo. Tem que indicar...” A gente dizia: “Não. Nem pensar. Todo mundo é racista. A gente não aceita...” A gente era do grupo do “não”, o grupo do contra. Mas depois, enfim amadurecemos.

Aí depois em 1995 o pessoal decidiu que ia lançar a minha candidatura para vereadora...

V.A. – Mas antes você foi assessora Benedita, está no currículo.

J.B. – Ainda tem isso. Fui assessora da Benedita.

V.A. – Como é que foi esse encontro?

J.B. – Foi Lélia que me indicou. Eu não fui eleita em 1982, mas a Lélia me conheceu e falou que ela foi convidada para trabalhar com a Benedita, e ela falou para a Benedita que para compor o gabinete, tinha que ter mais pessoas, inclusive de comunidades. E a Lélia me indicou para trabalhar com a Benedita. Eu fui assessora dela até 1985.

V.A. – De 1983 até 85, é o que está no seu currículo. E como é que foi essa experiência? Aí já é o seu primeiro contato dentro de uma instituição...

J.B. – Com o parlamento. Foi legal, porque eu comecei a pensar via instituição. Porque eu pensava sempre como Movimento Negro, como movimento social... Eu tive algumas divergências, inclusive com ela, na época. Não relatarei aqui. Mas depois... Foi uma experiência legal, uma experiência boa, que me “caçifou” para depois, inclusive quando eu pensei em ser candidata a vereadora, eu já tinha uma experiência com parlamento, de ter sido uma assessora de uma parlamentar negra, mulher, vinda de uma comunidade... A gente tinha quase o mesmo perfil, não é? Então eu já sabia um pouco como transitar dentro do parlamento. Aí eu fui eleita. No meu primeiro mandato a gente dizia que a gente seria o porta-voz dos excluídos na Câmara Municipal, em 1992 eu fui eleito, primeiro mandato. Fui eleita, acho que, como a sexta do PT, fiquei em sexto lugar no Partido. Aí, quando eu assumi a vereança, eu levei essas questões todas para lá. A questão racial, a questão da mulher, a questão das comunidades... Mas as pessoas começaram a identificar no mandato a possibilidade de trazer várias demandas. E aí começou a vir pessoas de todos os lados, de outras comunidades, Zona Sul, Zona Oeste, eu comecei a fazer debates no rádio, era convidada para falar na Manchete na

época, eu fazia o programa do Roberto Canazi toda terça-feira na Manchete... E aí fui ficando famosa. E aí em 1996 teve uma outra eleição e eu tripliquei a votação. Foi uma votação belíssima. Na primeira eleição eu tive 5 mil votos, na última eu tive 17 mil, na segunda aliás. Na última eu repeti a votação, mas fui a mais votada do PT. Aí depois disso o pessoal decidiu, então, que ia me lançar deputada. Aí, agora, eu fui eleita deputada.

V.A. – Antes disso, a gente no seu currículo: Funcionária pública da Secretaria Municipal... O que é isso?

J.B. – É porque quando eu estava dando aula lá na comunidade, a prefeitura começou um trabalho de supervisão em comunidades, nas creches comunitárias. Aí eu fui convidada para trabalhar...

V.A. – Já era presidente da Associação...

J.B. – Já era. Já estava no meio da faculdade, e eles me convidaram porque há dificuldade de pessoas de classe média irem às favelas, então eles começaram a contratar. Na época era por RPA, não tinha vínculo empregatício, autonomia... Aí depois eles resolveram assinar a carteira do pessoal, depois efetivaram e até hoje eu sou funcionária da prefeitura. Só que eu estou de licença.

V.A. – E esse trabalho era o quê? Fiscalizar...

J.B. – As creches da prefeitura.

V.A. – Comunitárias?

J.B. – Comunitárias. A prefeitura pagava o pessoal para trabalhar, mas tinha que ter um elo entre a prefeitura e a comunidade. Os educadores eram todos da comunidade e a supervisão era feita por algumas pessoas de comunidade e outras não. O pessoal que fazia o trabalho em Educação era, geralmente, convidado, pelo currículo, à trabalhar. Aí eu fui convidada e depois fui efetivada na prefeitura e estou lá até hoje.

A.P. – Uma questão que a gente passou direto. Em 1988 tem duas questões que eu acho importantes, a gente acha interessante: Uma é sobre a Marcha de 1988, o centenário da abolição, essa ebulição do movimento social negro... e sobre o Encontro Estadual que foi realizado em 1988 também, se você participou...

J.B. – Participei, claro. Eu era sempre delegada.

A.P. – E como é que você via o ano de 1988, a marcha e etc?

J.B. – Foi um marco do Movimento Negro. Não quiseram deixar a gente passar perto da estátua do Caxias. O movimento estava muito forte. Eu fui indicada pelas mulheres negras para falar nessa Marcha.

A.P. – E o Encontro Estadual da Mulher Negra, como é que foi?

J.B. – Também fui delegada. A gente sempre levava essa questão... porque eu juntava as questões de raça e classe, por ser da favela e por ter a questão racial. Então o pessoal me indicava sempre como delegada para falar em algum lugar, ou como porta-voz das mulheres para fazer discursos... nos dois. Na marcha eu fiz um discurso em nome das mulheres negras, fui indicada pelas mulheres...

A.P. – N’zinga?

J.B. – N’zinga. E no Encontro eu fui delegada também. Participei como delegada.

A.P. – Tem alguma consideração sobre esse encontro? Importância, como se dá o Movimento de Mulheres Negras a partir daí... Porque esse foi o primeiro Encontro aqui no Estado.

J.B. – Consolidou o Movimento. Foi um momento em que a gente oficializou alguns problemas que a gente tinha, e começamos a exigir mais do movimento negro geral uma participação mais efetiva do movimento como um todo, onde a gente colocava mais a nossa questão de gênero mesmo. Porque o movimento falava há muito tempo da questão racial, mas era um coisa muito ampla. E muito da questão do mercado de trabalho... a gente começou a “feminilizar” esse discurso. A partir desse Encontro de Mulheres, a gente começou a dar esse tom muito mais forte no movimento como um todo. Foi legal.

A.P. – Colocando a questão de gênero junto com a questão racial...

V.A. – Eu queria voltar um pouco. Você disse que quando você então começou a perceber, que foi nesse encontro aqui, nessa palestra com a Lélia e com o Carlos Alberto, aqui na Santa Úrsula, que até então, a questão racial...

J.B. – Não existia.

V.A. – Durante a sua experiência toda de vida, vivendo em casa de família com sua mãe, teve ocasiões em que você percebeu, ou isso também ficava escamoteado?

J.B. – Eu percebia, mas achava que era natural. Achava que era natural que os brancos tivessem poder econômico e os negros não. E que os negros que quisessem ascender teriam que estudar. Então o estudo para mim era assim: A ascensão seria via estudo. Eu achava que os negros não tinham nada porque eles não gostavam de estudar. Eu achava que era natural, os brancos estão

ali... Eu não pensava na história da escravidão, na história do racismo, do preconceito... isso não passava pela minha cabeça, não mesmo.

V.A. – Você percebeu algum movimento de racismo em relação a você e sua mãe nesse momento?

J.B. – O próprio tratamento que nós tínhamos na casa de família. Porque eu me lembro de uma situação em que a minha mãe botava a mesa, aí comia a família toda, os cachorros ficavam lá na mesa com a família, e o que vinha da mesa era para a gente comer.

V.A. – O resto.

J.B. – O resto. Então isso para mim é assim: Porque aquelas pessoas valiam menos até do que aquele cachorro que estavam na mesa com eles, não é? Só assim. Mas verbalizavam? Não. Não verbalizavam.

V.A. – Aqui também tem uma passagem sua como presidente do Diretório Municipal do PT, em 1993, 94...

J.B. – Vocês estão se lembrando de tanta coisa, que eu já até esqueci. [riso]

A.P. – A gente não pode esquecer de nada.

J.B. – Só que eu tenho problema de hora. Que horas tem?

V.A. – São dez para as três.

J.B. – Você acha que vai ter que voltar? Acho melhor voltar, não é?

V.A. – Que horas que você teria que sair?

J.B. – Três horas.

V.A. – Três horas tem que sair daqui, dá tempo.

J.B. – Ela falou de duas às três. Mas a gente volta, não tem problema não.

V.A. – E aí, essa passagem como presidente do Diretório?

J.B. – Aí foi porque eu faço parte de um grupo no PT, Opção Popular, e nós tínhamos maioria na convenção, e tinha que indicar alguém para ser presidente do Partido. E o único nome no Partido, na época, que tinha consenso, era o meu nome. Eu era vereadora, estava sendo uma boa vereadora, tinha um bom destaque, aí o pessoal me indicou para ser presidente do partido. E foi por consenso mesmo. Foram dois anos de mandato, aí depois, quando terminou esse mandato, eu apoiei outra pessoa, e no último ano de vereança, eu fui líder do PT na Câmara Municipal.

V.A. – Também temos aqui. Ah, e tem dois momentos cruciais que você participou na Câmara Municipal, que é a questão das chacinhas da Candelária e de Vigário Geral, que você foi presidente da CPI.

J.B. – É. A CPI que investigava...

V.A. – As duas CPIs...

J.B. – É. Porque a câmara queria ver no que o município do Rio de Janeiro tinha responsabilidade nessa questão. E descobrimos até que tinha, porque na medida em que o município – já era o governo César Maia – investia muito mais em obras e deixava essas crianças sem ter nenhuma política alternativa: Elas viviam nas ruas, a prefeitura sabia disso e não fazia nada, ela era responsável.

V.A. – E mudou alguma coisa?

J.B. – Mudou não. [riso]

V.A. – Quer dizer, a CPI tinha esse objetivo de ver...

J.B. – Qual a responsabilidade da prefeitura.

V.A. – E a de Vigário Geral, que também teve uma CPI?

J.B. – Vigário, no meio da CPI, nós decidimos que poderíamos ir a fundo porque tinha ver com a questão policial, e aí, que teria que ser uma coisa mais estadual. Aí o PT estadual que acabou tocando isso.

A.P. – Acho que só para fechar mesmo, você tem alguma participação, algum relato sobre o ENEN, sobre o Primeiro Encontro Nacional que foi em 1991, em São Paulo? Você participa?

J.B. – Não. Não fui, porque nessa época eu estava no MNU. O MNU foi contra a participação no ENEN. Aí eu não fui.

V.A. e A.P. – Você entra quando no MNU? [risos]

V.A. – Agora a gente ficou curioso. Quando é que você entra no MNU?

J.B. – Puxa...

A.P. – Por influência do Yedo?

J.B. – Não. O MNU estava acabando no Rio de Janeiro e me convidaram para remontar.

V.A. – Quem convidou?

J.B. – Foi o P.C. Um amigo meu, que também nem é muito famoso no MNU, mas ele me convidou para ajudar a remontar. E o pessoal de Brasília, e mais o pessoal de Salvador, o Luís Alberto que me convidou.

A.P. – Isso em 1990, 89?

J.B. – 1989, 90, por aí.

A.P. – O MNU até foi ao ENEN, mas fez uma plenária paralela...

J.B. – Não participou. Eu não saí delegada porque o MNU não queria participar lá.

V.A. – Você disse assim: Que você começou no Movimento Negro muito brava, muito radical, com muita raiva, e que você agora está mais moderada. Como é que foi essa transformação?

J.B. – Acho que foi a idade. [risos] A idade, eu estar no parlamento, a gente ver que nem tudo é possível, ver que você tem que fazer algumas alianças para conseguir alguma coisa...

V.A. – Porque a sua atuação agora é política mesmo, política partidária. Deixou de ser...

J.B. – Uma militante... Hoje eu sou... Eu vou em tudo que o Movimento Negro me chama, mas muito mais como palestrante. Mudei, o espaço de ocupação no Movimento hoje é outro. Eu tenho que ter essa clareza, inclusive para não atropelar quem está na militância, respeitar os militantes. Eu respeito isso.

V.A. – E quando começou essa... você falou algumas vezes: “Depois eu fui ver na terapia que era isso...” Como é que foi essa passagem pela terapia? É interessante também, que faz parte da trajetória. Quando foi isso?

J.B. – Eu comecei a fazer terapia em... 1986 mesmo. Porque aí eu comecei a observar que eu tinha muita raiva de muitas coisas, tive que repensar minha vida, exatamente essa história, que é muito complicada, de infância. Aí eu fui fazer terapia para me melhorar mesmo. Não era para a militante não. Era para a pessoa da Jurema. E acabou... essa coisa de estar mais *light* tem a ver com a terapia também, porque eu achava que eu ia mudar o mundo. Eu ia fazer a revolução, eu ia mudar o mundo. Depois eu descobri que eu, “euzinha”, não sou capaz de fazer nada. Eu e outro, e outros...

V.A. – E a sua filha? Você tem uma filha, teve mais?

J.B. – Três. Três meninas.

V.A. – Como é que elas conviveram com essa mãe que era militante, o tempo todo com uma agenda cheia, e hoje em dia... Qual a idade delas hoje?

J.B. – A mais velha tem 25. 18 e 19 anos.

V.A. – Então já são criadas.

J.B. – Agora. Mas na época, às vezes reclamavam, às vezes vinham comigo.

V.A. – Porque enquanto você estava fazendo aqui a Santa Úrsula, que passava o dia, elas ficavam com quem?

J.B. – Às vezes com a minha irmã, às vezes eu pagava pessoas para tomarem conta delas. Depois ficou muito tempo com a minha irmã mais velha mesmo.

V.A. – Aquela que saiu com 14 anos para trabalhar?

J.B. – A mais nova. A mais nova não trabalhou fora não, ficou em casa.

V.A. – E elas participam também desse movimento?

J.B. – Ontem a mais velha foi ser delegada da convenção do PT. Fiquei até orgulhosa. Cheguei lá ela estava de crachá, falei: “Poxa, que legal!” A do meio está fazendo Comunicação aqui na FACHA, aí a mais nova está se preparando para fazer História, quer fazer História na UERJ.

A.P. – Aí já tem uma diferença fundamental: A sua trajetória, você falou que foi toda por acaso, na visão humana. E as meninas agora já estão sendo...

J.B. – Educadas de uma forma... Ninguém lá quer ser política...

V.A. – Por quê?

J.B. – Não sei. Porque uma quer ser jornalista, a outra quer ser historiadora e a outra é advogada. A mais velha eu já formei advogada.

V.A. – Mas já está na convenção do PT.

J.B. – Já está na convenção do PT.

V.A. – De crachá...

J.B. – É, mas não quer ser parlamentar não. Quer só ajudar os outros.

A.P. - Bom, eu acho que a gente vai ter que...

J.B. – Vai ter que voltar? Eu volto.

V.A. – Acho que era bom para a gente ver a sua ação parlamentar mesmo. Sua atuação como deputada.

J.B. – Aí eu volto da próxima vez para falar só da deputada.

V.A. – Talvez, alguns projetos ainda da vereança, não é? Para a gente cumprir essa parte, essa atuação política mesmo.

J.B. – Está tudo bem. Podemos marcar ainda hoje?

[FIM DA 1º ENTREVISTA]

2ª Entrevista: 11/11/2004

V.A. – Hoje são 11 de novembro de 2004. A última vez que a gente esteve com a Jurema foi dia 26 de abril de 2004, e essa é a segunda entrevista com a deputada Jurema Batista para o projeto História do movimento negro no Brasil. Jurema, a gente estava conversando um pouquinho sobre o que a gente queria falar hoje, que a gente ia finalizar o nosso roteiro que a gente tinha pensado. Em abril a gente chegou até a sua atuação como vereadora. A sua entrada, primeiro você se candidatou mas não entrou em 1982, não foi?

J.B. – Foi.

V.A. – Em 1983-85 foi assessora da Benedita, e aí você entrou mesmo no primeiro mandato em 1992. Aí, a gente queria entender um pouquinho, primeiro como foi esse contato com esse novo universo que era a Câmara Municipal, que você já conhecia por ser assessora da Benedita; mas como foi o trabalho lá dentro da Câmara Municipal?

J.B. – Em primeiro lugar eu queria me desculpar por esse tempo todo que a gente...

V.A. – Imagina... Teve as eleições...

J.B. – Eleições... eu fiquei muito envolvida, trabalhando muito no interior, onde tem uma comunidade negra muito forte.

V.A. – Aonde no interior?

J.B. – Itaperuna, Bom Jesus, Miracema, onde nós apoiamos inclusive candidaturas negras. Então eu já tinha sido assessora da Bené para assuntos ligados à questão da comunitária. Mas uma coisa é ser assessor e outra coisa é exercer o mandato. Eu fui exercer o mandato de vereadora, trazendo comigo toda uma experiência realmente de comunidade, e uma coisa assim concreta de que, quando eu fui candidata, o meu compromisso de campanha é que a gente dizia que dentro da Câmara seríamos a voz dos invisíveis. Estaríamos lá na Câmara para dar visibilidade a esses invisíveis. Aí, quando cheguei na Câmara eu trabalhava especificamente a questão racial, a questão da mulher e a questão das favelas. Isso foi nos primeiros meses de mandato. Mas como a gente dizia o tempo todo que seria a voz dos invisíveis, o que aconteceu? Começou a aparecer um monte de demandas de setores minoritários na sociedade, tipo portadores de deficiências, o movimento *gay* me procurava trazendo uma questão da violência contra os *gays*. E aí o que aconteceu? Eu fui ser presidente, por conta desse compromisso que a gente estava assumindo com esses movimentos, eu fui ser presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Aí que ampliou mais ainda. Aí qualquer pessoa que se sentia

discriminada e tinha seus direitos humanos aviltados, essas pessoas me procuravam na Câmara. E aí foi um belo de um mandato. É o meu mandato inesquecível, foi o meu primeiro mandato de vereadora, porque foi onde eu aprendi tudo sobre parlamento também.

V.A. – Isso que eu queria saber, como foi esse aprendizado?

J.B. – Primeiro, então, as demandas que traziam nem sempre seriam demandas de parlamento. Porque me traziam demandas judiciais, me traziam demandas policiais, me traziam demandas da pedagogia... Era quase um gabinete que virou universidade, porque tinha todas as áreas. Mas, ao mesmo tempo, eu cresci muito nesse mandato porque as pessoas iam trazendo as demandas e a gente, de certa forma, ia dando conta. A gente fazia parceria, geralmente, com pessoas, com indivíduos, não com a Secretaria de Segurança. Nós tínhamos lá na Secretaria de Segurança alguém que pudesse falar. Com a universidade a gente tinha uma interlocução sempre com alguém na Uerj. E a gente construía diálogos entre pessoas, parlamento e instituições. Então isso foi uma coisa que eu aprendi: trabalhar em parceria, nesse meu primeiro mandato. Eu tinha que trabalhar em parceria justamente para dar conta das demandas que chegavam, enquanto mandato mesmo. E aí, nesse sentido...

V.A. – Deixa eu só perguntar então: tinha pessoas nas secretarias, tinha pessoas na universidade...

J.B. – Que nós fazíamos contato para...

V.A. – Como era feito? Como é que se conhecia quem era na Secretaria que ia dar andamento àquela demanda, que não era parlamentar propriamente dita?

J.B. – Por exemplo: a gente tinha muita demanda de direitos humanos. Aí nessa época tínhamos o Hélio Luz, que era secretário de Segurança Pública. Então, se alguém na comunidade tomou um tiro, igual a um morador do Andaraí que foi assassinado, que era funcionário do *Globo*, você lembra? Que alvejaram ele de escopeta lá de uma helicóptero? Então era uma demanda que a gente tinha, ele era negro, era de comunidade, e a gente tinha que dar conta dessa demanda. Então a gente fez contato com o Hélio Luz. Então a gente sempre teve contato com a Uerj na área social, que era a área que eu trabalhava e sempre tinha muito a questão da área social. Então a gente sempre teve contato com o pessoal da Uerj. E aí, com a Uerj, a gente fazia debates, promovia debates, indicava pessoas para irem lá receber orientação.

V.A. – Quem da Uerj? Aonde, era o quê?

J.B. – Ai meu Deus... qual era o nome dela?

V.A. – Mas era em que departamento?

J.B. – Tinha na Sociologia, no Serviço Social... A Magali é mais recente, não é? A gente chegou a trabalhar com ela na vereança.

V.A. – Magali, qual é o sobrenome?

J.B. – Conhece Magali?

V.A. – Depois a gente vê.

J.B. – Então, a gente sempre trabalhou fazendo parceria. Era uma coisa muito difícil mesmo. Porque as coisas que as pessoas traziam para a gente, realmente a sociedade não dava conta de determinadas coisas. E nem o mandato tinha como dar, porque era um mandato parlamentar. Porque qual era a função do parlamento? Era de fazer projetos, fiscalizar o poder executivo... só que as pessoas me traziam coisas da vida delas mesmo. E a gente tinha um lema no mandato: “Ninguém pode sair daqui sem resposta. Então a gente vai sempre procurar. O que a gente não puder fazer, a gente vai buscar quem possa fazer.”

V.A. – Você está falando “a gente tinha um lema”, a gente... Quem era a gente?

J.B. – A gente era um mandato.

V.A. – Pois é, você se cercou de muitas pessoas de sua confiança. Quem seria?

J.B. – Eram pessoas que vinham geralmente dessa militância comigo. Mais da militância comunitária, e também da militância do movimento negro. Eu tive um assessor assassinado, o Hermógenes Almeida. Ele era um dos...

V.A. – Por que ele foi assassinado?

J.B. – Na época a gente ficou achando que era porque ele me acompanhava na Comissão de Direitos Humanos, e a gente achava que tinha a ver com a questão política. Mas depois foi assim, meio que desmontada essa tese. Eles alegaram que foi porque ele tinha mexido com uma moça, e o marido não gostou e o matou em uma festa. Ficou como crime passional. Mas então, tinha o Hermógenes, tinha o pessoal que veio do Andaraí mesmo, da comunidade comigo. O pessoal colocou o nome do nosso gabinete de “quilombo” lá na Câmara. Porque diziam que aquilo lá era um quilombo, só tinha crioulo e favelado. Na campanha já tinha acontecido isso. Na campanha fizeram uma entrevista com vários parlamentares, o que eles tinham de carros. Aí um tinha van, outro tinha ônibus, outro tinha não sei o quê lá, outro tinha uma frota; aí me perguntaram o que eu tinha. Aí deu até uma matéria grandona no jornal *O Globo*, eu falei que eu tinha um quilombomóvel. Aí o pessoal falou: “Mas por quê?” “Meu carro não é um automóvel, é um quilombomóvel. Só anda cheio de crioulos. Um trepado em cima do outro, um sentado em cima do outro, um quase cuspidado pela janela...” [riso] Era um quilombomóvel

mesmo, não é? Que foi já o que deu a cara do mandato. A cara do mandato foi construída exatamente com quem abraçou a candidatura. Aí também foi uma coisa legal, que nós pedimos que cada setor indicasse o seu representante para compor o mandato.

V.A. – Setor, como assim?

J.B. – Assim, tinha o movimento negro, aí o movimento negro indicou. Tinha o movimento de mulheres...

V.A. – Quem o movimento negro indicou?

J.B. – O Hermógenes. O movimento de mulheres indicou a Verônica Marques, uma moça que trabalhava comigo e agora está na USP, foi embora. Quem mais? O pessoal de Campo Grande indicou a dona Aparecida, que eu não me lembro o sobrenome. O pessoal de Oswaldo Cruz indicou o Mozart Alfum, que veio até candidato agora pelo PT. O pessoal do Engenho Novo indicou uma moça chamada Edna Adelaide. Cada grupo indicou uma pessoa para vir trabalhar, não fui eu que escolhi. Muito engraçado.

V.A. – Todos os grupos que apoiaram a sua campanha...

J.B. – Cada um indicou uma pessoa, eram vinte assessores. Cada grupo, por setor, indicou alguém para vir compor o mandato. Então o mandato era muito legal. Agora não é assim não. Foi uma experiência muito bonita, mas a gente foi perdendo isso. Foi acontecendo um monte de coisas... A gente fez uma coisa legal assim: Os salários eram todos iguais. Na Câmara tinha salário de, hoje por exemplo, acho que seria de quatro mil a mil e poucos. A gente fazia um caixa só e depois distribuía igual para todo mundo. Aí depois a gente provou que isso também não funciona. A gente queria criar o socialismo ali dentro. As pessoas são diferentes, têm expectativas diferentes. A gente fez uma avaliação... Um só queria ser assessor, o outro queria ser assessor mas queria ter uma vida na universidade... A gente foi vendo que não funcionou direitinho. Mas a gente fez um laboratório. Aquele mandato foi um laboratório mesmo, de tentar implementar algumas coisas na política. Muitas coisas deram certo. A gente discutia tudo à exaustão: “Vamos trocar essa cadeira de lugar: reunião.” “Essa cadeira fica não bem aqui.” “Ela ficou bem ali” [riso] Era uma coisas assim. A gente chamava de “mandato popular e democrático Jurema Batista”. E aí era tudo assim muito discutido. Eu nunca tomava decisão nenhuma. Perdia, ficava irada quando eu perdia. O pessoal às vezes fazia até reuniões para ir: “A gente vai discutir isso...” Aí reunia aqueles grupinhos lá, cada um se defendia... “Estão formando uma tendência dentro do gabinete.” Aí chegavam, às vezes com posições fechadas,

eu perdia na votação e ficava irada. E tinha que implementar o que realmente as pessoas decidiram. Esse foi o primeiro mandato.

V.A. – Você falou que chegou a presidente da Comissão de Direitos Humanos.

J.B. – Isso. Fui duas vezes presidente da Comissão, no primeiro e no segundo mandato.

V.A. – Como foi essa indicação? Porque em princípio você tem que ter indicação de outros parlamentares também. Você teve que se impor, não é?

J.B. – Aí vou te falar um pouco como é que é essa questão das comissões do parlamento. Não sei se você já viu um filme do Eddie Murphy chamado *Um distinto cavaleiro*, que ele fala na história da composição das comissões. Geralmente as comissões têm um espaço para acordos e para ganhar dinheiro. Então, tem umas comissões que todo mundo quer, por exemplo, Transporte, de Orçamento, comissão de Justiça e Redação, que é a que dá parecer, ou seja, quando você dá um parecer, você pode negociar com o empresário de transportes; quando você dá parecer de um projeto, você pode negociar com o empresário da construção civil. Então, geralmente, as pessoas no parlamento, infelizmente, as pessoas que estão à frente dessas comissões têm muito poder de fogo, inclusive poder econômico. Então sempre tiveram essas comissões que a esquerda não tinha de jeito nenhum. A comissão de Direitos Humanos, historicamente no Brasil pós-Ditadura Militar, sempre esteve na mão do PT ou do PCdoB, da chamada esquerda. Direitos Humanos não dá dinheiro, Direitos Humanos dá muito trabalho. Por exemplo, um dia aconteceu o problema de Vigário Geral, o pessoal liga para mim três horas da manhã, o que era presidente da associação de moradores, fala para mim: “Jurema, aconteceu uma chacina aqui na comunidade. Não sei quantos mortos tem. Está tudo apagado aqui. Vem para cá.” Eu já ia. Aí liguei para o Ivanir dos Santos. Ele falou: “Está maluca? Você vai sair daí, por onde você vai entrar na favela? Espera amanhecer que a gente vai.” Quando amanheceu fomos eu, ele e a Benedita em Vigário Geral.

Eu era chamada para resolver problema de baile funk porque a polícia resolveu entrar na comunidade, bater nas pessoas. Então de madrugada, no mesmo dia, era até com o Rômulo Costa, estava no Chapéu Mangueira, a polícia deu ordem de prisão para ele: fui parar na delegacia. Ou seja, a comissão de Direitos Humanos tira a individualidade de quem está à frente dela, mas por outro lado também dá uma visibilidade positiva e negativa. A sociedade, de uma forma geral, acha que defender Direitos Humanos é defender bandidos, entendeu? Então é uma coisa dúbia, você pode ganhar e perder. Tanto que naquela época eu fiquei meio marcada: “Ela só defende bandido!” E não era. A gente defendia a comunidade quando a polícia invadia e

matava as pessoas. Aí dava uma visibilidade no jornal, e parece que a opinião pública ficava com raiva, mas as pessoas agredidas se sentiam amparadas por nós. Aí a gente estava lá com o Naildo, quando aconteceu isso, o filho dele foi assassinado nessa época. A Benedita conseguiu pegar algumas pessoas que foram depois ser testemunhas-chave, porque nós chegamos e amparamos essas pessoas.

V.A. – De Vigário Geral?

J.B. – De Vigário Geral. Então a comissão trabalhava com isso. E como é que eu consegui? Porque ninguém queria. Mas depois, aí já no primeiro ano, no segundo, aí começou a incomodar. Nós começamos a incomodar, a comissão. Porque a gente começou a botar o dedo na ferida de governos, de omissão, em congressos... Eu fui em um congresso na Dinamarca, onde estavam fazendo avaliação sobre o governo e direitos das crianças – tinha acabado de acontecer a chacina da Candelária. Eu levei um monte de dados para lá. Aí eles ficaram: “Está falando mal do Rio...” Eles entendiam assim. “Está falando mal do Rio, não pode!” E aí, assim que eles puderam, colocaram uma pessoa só para ser presidente da comissão, e desmontaram a comissão. Você nunca mais... você ouviu falar em comissão de Câmara Municipal? Não existe.

V.A. – Eles puderam, quem?

J.B. – A maioria. Porque a maioria era quem? PFL, partidos da direita, a maioria. Então eles deixaram a gente de fora, o PT. É igual agora na Alerj também. Na Alerj o PT tinha a comissão de Direitos Humanos e agora não tem mais. Entendeu? Porque aí, quando começa...

V.A. – Que era o Alessandro Molon?

J.B. – Era o Molon. Aí começou a bater no governo da Rosinha, na questão dos assassinatos, aí cortaram. Não pode. Por quê? As comissões, para você ser presidente de uma comissão, você tem que ter maioria na casa. Então tem que ter uma negociação para você presidir uma comissão. Por exemplo, eu agora estou presidindo uma comissão, que por enquanto não atrapalha eles. Porque a questão do racismo, que é o que eu trabalho, minha comissão é de combate às discriminações de raça, gênero, etnia e procedência nacional. Então essa comissão, por enquanto, não atrapalha o governo Rosinha. Porque a gente tem trabalhado muito mais no âmbito da questão... a primeira questão que a gente pegou lá na comissão ela era favorável, que era a questão das cotas na universidade. Foram eles que mandaram o projeto. O segundo projeto que foi para a Alerj é da própria governadora Rosinha. Eu não tinha muito problema com ela. E a gente entra mais em choque com a iniciativa privada na questão do combate às

discriminações. Então aí, por enquanto não atrapalha, e eu sou presidente dessa comissão. Se um dia a gente começar a fazer por exemplo assim: quando eu fui vereadora eu fiz – tem até um texto para mandar para vocês – um texto sobre a cor do orçamento. Fiz uma análise do orçamento do município e vi que o município do Rio de Janeiro dirigia grande soma para as áreas onde viviam os brancos, já os ricos. E os negros e os pobres acabavam ficando com o dinheiro que vem de BID, não do orçamento do município. A gente recebe a verba exterior e aí sim é investido, ou verba do governo federal. Mas a verba mesmo do orçamento do município, ela não tem uma direção para as áreas mais carentes onde mora a maioria negra. Aí eu fiz um texto, um estudo, e na época a gente bateu para caramba. E esse estudo que eu fiz, a gente está recebendo agora já o orçamento do estado. E já vou começar exatamente a fazer essa análise. Tipo assim: para onde vai esse dinheiro? Ela vai dizer assim para mim: “Cheque-cidadão, a maioria é negro.” Quem come no restaurante popular ela vai dizer para mim que é negro também. Mas e aí, as verbas para Cultura? O município do Rio de Janeiro sempre teve uma grande produção cultural, um investimento cultural financeiro: Deborah Colker... Só empresas que já tem dinheiro. E as chamadas produções culturais das comunidades, o pessoal que tem o jongo da Serrinha, enfim, os bloquinhos lá, não recebem verbas públicas para poderem desenvolver os seus trabalhos. E isso é uma divisão racial do orçamento do município. E aí eu fiz isso no município e agora vou começar a fazer do estado. Aí ela vai pisar nas tamancas, mas: ossos do ofício, a gente vai bancar.

Então foi isso. Para mim esse primeiro mandato foi um laboratório. Foi muito legal, tanto assim que eu tripliquei. A minha primeira eleição eu fui eleita com cinco mil votos. Aí, desse primeiro mandato para o segundo mandato eu tripliquei a votação. Isso quase não acontece. “De cinco para dezessete mil...”, mas foi uma triplicação. Ou seja, as pessoas apoiaram aquela ideia daquele mandato. Aí fomos para o segundo mandato. Aí o segundo mandato também foi super-legal. Desenvolvemos, aí desse segundo mandato, eu fui votada depois como a mais votada do partido. Então a gente veio em uma ascensão. E aí nesse trajeto teve aquela confusão no PT, a aliança com o Garotinho na época no PDT. E naquela época eu tinha sido indicada pela convenção do partido como senadora. Era eu e Vladimir. Vladimir era candidato a governador e eu candidata a senadora. A gente nem tinha feito campanha porque deu uma confusão danada. Até fiquei depressiva na época, não conseguia sair na rua porque era uma confusão. Aí teve a intervenção nacional, aí que acabou com o PT do Rio. Aí caçaram a minha candidatura para o senado e do Vladimir para governador. Deram o senado para o

Saturnino e a Benedita foi ser a vice do Garotinho. Quando eles me indicaram e eu ganhei a convenção, candidata a senadora, a gente nem tinha feito a campanha e tinha sete por cento no Ibope. Sem começar a campanha. Ou seja, a gente estava no caminho certo, não é? Então fomos fazendo isso... Aquele ano não quis sair candidata a nada. O pessoal falou: “Ah, sai como estadual.” Eu falei: “Não. Teve todo um movimento no partido para me indicar senadora, eu andei na base de um monte de gente que agora é candidato a deputado estadual, então agora não é ético que eu vá: ‘Agora eu não sou senadora então eis me aqui para ser deputada estadual’ A gente espera mais um mandato.” Esperamos, eu fui eleita em 2000 vereadora de novo, terceiro mandato, aí já com essa certeza de que agora seria, em 2002, candidata a deputada estadual. Aí fomos, deu certo de novo, aí eu fui eleita deputada estadual. E agora estamos aí nesse mandato de deputada estadual, com toda essa experiência já trazida do parlamento. Aí eu tive que aprender um monte de coisas. No parlamento a gente tem que negociar a beça. Não é o que eu quero. Tem um limite de negociação. A gente negocia um monte de coisas, mas a gente não negocia direitos, não negocia a cidadania das pessoas, a gente não negocia princípios.

V.A. – E o que se negocia?

J.B. – Negocia, por exemplo, o cara tem um projeto lá, vai botar garrafa pet não sei onde. Aí eu voto com ele. Mas quando ele quer votar alguma coisa que vem a interferir no direito do cidadão, a gente vai votar contra, entendeu? Eu não voto contra tudo. Até coisas que eu não concordo, mas não é, do ponto de vista ético, nada demais. Não consigo me lembrar de um projeto aqui. Tipo assim: “Bobagem, isso não vai dar em nada.” Mas eu vou lá e voto com o cara. Não posso o tempo todo ficar votando contra ele, porque depois ele vai ficar votando tudo contra mim também. Então tem umas coisas assim. Tipo assim: Direitos. A questão que a gente teve de transporte para idosos, para estudantes, a gente sempre vota a favor dos estudantes, dos idosos: princípios inegociáveis. Aí sempre tem a direita lá que não adianta. Aí é uma briga só, aí vai para o plenário, um xinga o outro, outro fala o que pensa, outro diz que é bonito... aliás, tem uma questão de ser mulher que é muito engraçado, que com a gente que é mulher, eles sempre pegam nas características femininas da gente, diz que a gente está nervosa. Homem discute política, mulher às vezes se exalta falando: está nervosa. Inclusive hoje tem no jornal um deputado brigando com a deputada Cidinha Campos, ele está dizendo – olha só o machismo – se ela tivesse 32 anos a menos ele resolveria o caso dela, entendeu? Ou seja, ela é velha, isso que ele quis dizer, não é? Ela é velha e está extravasando alguma coisa como se fosse uma falta sexual. Por quê? Ela está denunciando que esse homem comprou três postos de gasolina em

três meses. E dentro do gabinete desse moço tinha um cara da máfia que foi preso. Aí você vê assim, mas que quando é mulher, eles tentam desmerecer o seu discurso pegando exatamente na sua característica feminina. Qualquer mulher se sente mal quando você pega na questão da estética. Então é assim.

V.A. – E tem algum que já se atreveu a falar alguma coisa com relação a raça?

J.B. – A raça não. De vez em quando eles me chamam de boba. Outro dia eu estava defendendo uma coisa que eu defendo, que é a fidelidade partidária e a questão do voto em lista. Aí um lá pegou o microfone e falou: “Você acredita em lista partidária?” Eu falei: “Acredito. E acredito em fidelidade partidária. Eu acho que os candidatos têm que ser dos partidos e não esse voto personalista que existe no Brasil.” Aí ele falou: “Você acredita nisso? Então você acredita também em Papai Noel também.” Eu falei: “Acredito. Com certeza eu devo acreditar em Papai Noel. Porque eu sou muito boba, não é? Tão bobinha que desci lá do morro do Andaraí e cheguei aqui junto com você.” [riso] Muito boba, não é? Muito boba. É tentar desconstruir uma defesa que você faz. Toda vez que você faz uma defesa, por exemplo, a questão racial, eles têm a mania de dizer assim: “Ah Jurema, lá vem você falar disso...Está bom, mas lá em casa tem uma bisavó negra. No Brasil não tem esse negócio, todo mundo é miscigenado.” Sempre tentam desmontar na questão da afetividade, aí toca na gente e diz: “Não sei o quê...” Aí você percebe que é todo um tratamento preconceituoso, mas por outro lado que você não tem nem como bater na pessoa que está te tratando com carinho: “Ah Jujú...” chamam de Jujú. É uma coisa assim, mas é uma experiência muito legal, muito legal mesmo. Eu estou gostando. Então a gente está agora, por exemplo, fazendo um mandato de deputada estadual, agora é estado não é? Qual era o meu problema de município? Que eu era vereadora, mas o tempo todo era chamada para falar em vários municípios, sempre fui em eventos, ainda mais no 20 de novembro, que a gente conseguiu realmente consagrar essa data. E no 20 então era sempre chamada para falar em um monte de municípios, e o vereador ele é restrito ao município dele. Não pode fazer lei, não pode fiscalizar os outros municípios. E aí a ideia de ser deputada estadual era exatamente isso: já pegar essa amplitude que a gente tinha, e diga-se de passagem, foi via movimento negro, porque o movimento negro é estadual. Semana passada mesmo fui a Carmo para o X Encontro de Negros do Interior, tenho participado de todos.

V.A. – Em Carmo?

J.B. – Em Carmo. Muito bom, Ceníerj. Fui participar. Então já tem todo um lastro construído pela militância negra, pelo movimento negro, que é uma forma também do porquê que eu

consigo me eleger. Eu me elejo porque, bom, primeiro porque Deus quer e segundo porque eu trabalho em cima de uma rede construída por militantes mesmo, Amauri... quantas entrevistas, foi lá e semeou e a pessoa fica ouvindo aquilo e depois quer votar em alguém que tenha esse perfil, que defenda essas teses. Então já tem um campo de mais de vinte anos, construído pelo movimento negro, não necessariamente por mim, mas pelo movimento negro, que estive nesses lugares trabalhando. E quando a gente vai lá fazer a campanha tem uma expectativa positiva. Tive trinta e seis mil votos agora para deputada. Agora isso já ampliou muito porque, via inclusive esse movimento negro do interior, como foi ampliado o meu mandato. A gente faz parceria com eles, faz entrevistas, faz eventos, parcerias com a comissão... E assim a gente está tocando o mandato. Agora é um mandato muito mais ampliado. E aí, de novo, ele não é mais um mandato que trabalha prioritariamente só a questão racial. A questão racial é o carro-chefe do mandato, mas a gente trabalha um monte de coisas. A gente trabalha a questão do Holocausto, eu tenho uma parceria com a comunidade judaica. Fiz o dia da lembrança do Holocausto no município do Rio, que é o dia do Levante do Gueto de Varsóvia. E depois, agora no estado, a gente tem trabalhado também com a federação. É meio complicado porque tem a questão da Palestina, mas a gente tem também um trabalho muito forte com a comunidade judaica aqui no Rio também. E aí tem a questão com a terceira idade também que a gente continua trabalhando. A questão da mulher, aí também outra vertente forte do mandato. E assim, o que eu acho legal é que tem o respeito da população. Onde eu chego as pessoas falam: “Legal...” Pode até não votar, entendeu? Mas as pessoas falam: “Legal, acompanho seu mandato.” A gente tem uma certa visibilidade na mídia, a gente consegue furar o cerco e estar falando dessas coisas que eu estou falando aqui na mídia. E é um mandato de ideias. Porque, por exemplo, eu sou contra o voto distrital, porque eu acho que o voto distrital é o chamado “voto de curral”, então quem dá mais cadeiras de roda, mais dentadura, mais cheque-cidadão, tem mais chance de se eleger do que um candidato que defenda ideias. Então o meu mandato é um mandato que trabalha muito com formadores de opinião. É uma outra característica. Não é um mandato de reduto. Apesar de eu ter uma votação muito legal na minha área, que pega Andaraí, Vila Isabel e Tijuca. Eu saio dali com uma votação expressiva, mas depois pinga no estado todo. Tinha um voto em não sei o quê... tive um voto em Miracema. Isso tudo somou e deu trinta e seis mil. Eu tive quatrocentos e cinquenta votos em São Gonçalo sem nunca ter ido lá, aí agora eu estou indo. O pessoal me convidou para ir lá. O que é isso? É o voto de opinião: pessoas que acompanham o nosso trabalho e por isso votaram. É um tipo de mandato diferente.

O mandato, a gente soube que uma pessoa que foi eleita para deputado estadual na última eleição, gastou cinco milhões.

V.A. – Na campanha?

J.B. – Na campanha. Imagina: gastar cinco milhões! Mas por que essa pessoa tem que gastar cinco milhões? Porque é quase compra de voto, ela dá coisas, dá muitas coisas na eleição. Já aqui, não é só eu, a maioria dos parlamentares da esquerda e do PT, são candidaturas de ideias. As pessoas concordam: “Ah, legal. Aquela pessoa fala isso... Ela defende isso...” Eu tenho voto de mulher, por defender a questão da mulher, eu tenho voto porque defendo a questão racial... Ah, quando eu fui vereadora... tem o negócio dos projetos legais. Quando eu fui vereadora eu fiz uns projetos que eu mais tenho carinho. O primeiro, eu acho que já falei aqui, que eu não tenho a maternidade, que é o Favela-Bairro...

V.A. – Não.

J.B. – Não falei aqui do Favela-Bairro?

V.A. – Não.

J.B. – O Favela-Bairro foi o seguinte: ia ter o mandato do Nilo Batista, que foi o final do mandato do Brizola. Estava aquela discussão se haveria ou não a intervenção militar nas favelas. Aí, eu já era vereadora, tinha acabado de ser eleita vereadora, assumi em janeiro, e tinha uma discussão se entrava ou não entrava o exército nas favelas. Eu fiz um texto para o *JB* dizendo que não tinha que ter intervenção. Que a intervenção tinha que ser social, e justifiquei no texto. Aí o César, que tinha acabado de ser eleito comigo, mandou me chamar lá. Boba, aprendi um monte de coisas no parlamento. Boba, fui lá e ele falou: “Muito legal. Gostei do seu texto. Isso que você falou eu concordo. Mas qual é a sua ideia?” Eu falei: “Ah prefeito, podia ser assim, assim...” E o pessoal anotando. Aí ele falou: “Muito legal. Vou visitar a sua comunidade e lá você exemplifica mais como é que seria isso.” Boba ainda, nessa época realmente eu era boba, aí fomos lá na comunidade do Andaraí. Ele andou, ficou assim... porque eu conhecia todo mundo pelo nome. Ele falou: “Você conhece todo mundo pelo nome...” Engraçado, não é? Aí depois fizemos uma reunião na quadra da escola de samba, aí todo mundo falando, falando, reclamando da qualidade de vida... Ele falou: “Está legal. Conversei com a vereadora, só vou pedir para a vereadora que ela coloque cem mil reais no orçamento do município como uma indicação de que a Câmara concorda que seja feito esse projeto...”

[FINAL DA FITA 2 – A]

J.B. – ...Colocar cem mil reais no orçamento para dizer que a Câmara concordaria com esse projeto de transformar as favelas em bairros populares. Porque o tema era esse. Vou mandar para vocês. É um texto bom. Esse texto é a origem do Favela-Bairro.

V.A. – Esse texto do *JB*?

J.B. – É. E aí ele começou a discutir com a gente na comunidade...

V.A. – Porque ele ia fazer não só para o Andaraí...

J.B. – Mas para todas as favelas. E batizou, não aquele dia lá, depois quando começou a sair na imprensa, ele falou que ia a fazer um projeto, que ele tinha estado no Andaraí. Um dia ele falou em um programa de televisão dele: “Foi com uma líder comunitária...” Depois ficaram ele e Conde brigando pela paternidade do projeto, aí que eu dancei mesmo. Aí ele falou e a gente colocou, o PT ainda tinha resistência. O PT nunca gostava de botar emendas assim para a comunidade. Gostava de botar assim: para Educação, para Saneamento, para Saúde. Não era assim: para a comunidade do morro do Andaraí, era contra. Mas eu consegui. Na época o Bittar também era vereador com a gente, e eu consegui convencer a minha bancada de colocar sim a emenda e aí depois conseguimos convencer a Câmara toda, e aprovaram a minha emenda, que era simbólica.

V.A. – Na emenda estava escrito que era para o Andaraí?

J.B. – Para o Andaraí. E aí pronto. E aí ele conseguiu verba internacional. Levou a ideia para fora. Tudo que eu falei para ele, ele levou para fora. Aí conseguiu dinheiro do BID, e aí eu perdi a paternidade do projeto. Aí ele me deu como prêmio de consolação o primeiro Favela-Bairro na minha comunidade. Tanto que era uma comunidade do PT, uma comunidade petista, uma das comunidades onde o PT tem o maior número de votos, o morro do Andaraí, da fundação do PT. Eu sou da fundação do PT, e muitas reuniões do PT eram feitas na minha casa, do PT estadual inclusive, lá dentro do morro. E aí, como prêmio de consolação ele me deu o primeiro Favela-Bairro: “E não se fala mais nisso! Toma o Favela-Bairro como prêmio de consolação e a autoria daqui para frente é minha.” Foi isso. Só não foi verbalizado. Aí aconteceu isso tudo. Isso foi um projeto. O outro projeto legal também que eu tive – eu aprovei muitos projetos – foi da feira nordestina. O César Maia tem problemas comigo, viu? Problemas sérios. O que aconteceu? Eu fui eleita, aí um dia estava em casa, li no jornal *O Dia*, acho que em um sábado, aí estava assim: “César Maia vai tirar a feira de São Cristóvão e vai botar na Barra.” Aí eu falei: “Nada a ver! Como é que pode, feira de São Cristóvão na Barra?” Mas eu

não sabia nada da feira, nada. Isso foi em um sábado. Na segunda-feira eu estava no meu gabinete aí o pessoal falou assim: “Jurema, tem um pessoal aí da feira nordestina e quer falar com você.” Aí chegaram: “Porque o prefeito quer tirar a gente de lá...” Na época já tinha 40 anos, “...nós já temos trinta e poucos anos de feira... agora quer tirara a gente de lá.” Eu estou ouvindo. Eu falei: “Mas como é que eu posso impedir esse homem de tirar esse pessoal de lá?” Aí consultei um advogado, ele também disse que não tinha muita saída porque o prefeito tinha o direito de tirar as pessoas de onde ele quisesse. Aí conversei com um assessor da bancada do PT, ele falou: “Você pode sim. Você pode fazer um projeto dizendo que a Câmara [e eles estavam muito mobilizados] determina que a feira tradicional de cultura nordestina ficará fixada em São Cristóvão, da área tal a área tal, metro quadrado tal...” Aí eu fiz o projeto, e que foi bom. Eles estavam muito mobilizados, iam para a Câmara todo dia, botaram um monte de barracas nordestinas em frente a Câmara, botaram ali em frente a Câmara vendendo biju, buchada de bode, um monte de coisas, o Fagner foi lá na Câmara também para ajudar a defender... Foi um movimento lindo, lindo. Aí eu consegui aprovar a Lei. Claro, tive que dar coautoria para vários vereadores lá, mas todo mundo sabia que o projeto era meu mesmo. Isso aí não teve problema. Se você andar lá na feira: “Quem foi a responsável?” “Foi a Jurema.” Não teve problema não, foi só coautoria, mas eles sabiam quem estava na frente do projeto. Mas para aprovar a gente deu coautoria para todo mundo. Aí o César Maia agora, não tinha mais jeito para tirar o pessoal de lá, ele agora re-inaugurou o espaço, jogou todos eles para dentro do pavilhão e não toca mais também no meu nome. É ele: “Eu tive a sensibilidade...” Eu falei: “Cachorro!” [riso] Eu fui na inauguração, que eles me chamaram. Aí eu fui e o César Maia lá falando: “Porque eu fiz, porque eu aconteci...” Eu falei: “Nem para dizer que você queria tirar o pessoal.” Dizia que era sujo: “Aquele lugar é muito sujo. Não, vamos tirar. Tem que limpar.” Porque a associação de moradores do bairro, que apoiava o César, e uns vereadores do César Maia, queriam tirar a feira de lá, porque a feira fazia barulho, porque a feira deixava tudo sujo, porque por causa da feira tinha um monte de bêbados no bairro. Tudo da feira era tudo de ruim. De repente a feira virou tudo de bom, entendeu? [riso] Então esse foi o outro projeto. Projetos legais. Eu fiz um projeto, que ainda não saiu de pauta, também quando eu era vereadora, que obriga que todos os espaços da prefeitura tenham intérpretes da língua dos sinais.

V.A. – Todos os?

J.B. – Todos os espaços públicos do município tem que ter um intérprete da língua dos sinais. [incompreensível] aprovou mas não está funcionando. Tem um projeto de cotas que obriga que 40% de toda propaganda do município tenha que ter 40% de negros. Isso está funcionando. Toda a propaganda do município tem negros. Um monte. Eu fiz um monte de projetos, não me lembro não. Aí foi assim. Essa experiência a gente tem trazido agora. Por exemplo, essa semana eu aprovei um projeto, aí eu aprendi: você não aprova um projeto sozinha, um projeto de grande repercussão você não aprova sozinha. Essa semana eu aprovei um projeto lá, eu tenho andado muito pelo noroeste e a demanda lá do pessoal é pela universidade, querem uma universidade. Aí eu peguei, vim de lá com a ideia e falei: “Vou pedir que faça a Uninoroeste, Universidade do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.” Aí falei: “Isso não vai passar. A Rosinha vai vetar.” Aí chamei o presidente da Assembleia, dei coautoria para ele, para o Picciani. Aí aprovei. [riso] A Rosinha vetou, mas a Assembleia derrubou o veto. Uma coisa superdifícil é você derrubar um veto lá. Derrubamos por unanimidade porque o homem é o presidente da casa. E aí eu aprendi, não é? Só que aí tem, nos jornais do Noroeste saiu a matéria. Eu gosto disso que eu faço. Eu gosto.

Aí tudo começou, voltando no começo da história: essa minha questão, essa minha luta que chegou ao parlamento, tudo começou com a questão racial. A discussão sobre a questão racial me deu identidade e com isso eu ganhei cidadania, e a partir do momento que eu me vejo cidadã eu posso brigar pela cidadania do outro.

V.A. – Que bonito.

J.B. – Foi isso que aconteceu. Porque eu era um número, eu era uma pessoa alienada. Estava na faculdade e ficava quietinha lá. Eu queria entrar muda e sair calada. Só queria estudar. Eu estava dentro daquele projeto individualista de ser uma boa profissional, mas o outro: “Os negros não querem nada. Os pobres não querem nada. Eu quero, eu posso, eu faço.” Aquele projeto individualista, até que eu encontrei a Lélia Gonzalez, Carlos Alberto Medeiros, me deram uma sacudida. E é uma coisa que eu aprendi e que eu faço até hoje. De vez em quando, hoje eu estou com 47, chegam assim umas meninas de 30, 20 e poucos: “Olha, foi você que me despertou...” Faço muitos debates em escolas de segundo grau, aí de vez em quando chega alguém: “Olha, mudou a minha vida...” É isso mesmo, esse poder que o movimento negro tem de sacudir a alma da pessoa. E foi o que aconteceu comigo. De lá para cá, desde aquele dia, daquele encontro lá... eu queria tanto saber o dia que foi. Talvez o Medeiros saiba, vou perguntar a ele. Mas de lá para cá, nunca mais eu fui a mesma. Tive uma conversão.

V.A. – Nesses debates, qual é a sua estratégia? Desses que você vai converter os outros, qual é a sua estratégia? Como é que você fala?

J.B. – O debate? Eu sempre faço um histórico da questão do negro no Brasil, da chegada do negro, o que foi a escravidão. Depois falo do período pós-abolição, e depois foco nos dias de hoje: “E aí, hoje?” Hoje, por exemplo, eu tenho sido muito chamada para falar sobre a política de cotas, uma área que eu tenho dominado. Então muitos me chamam para falar sobre ações afirmativas, mas sempre quando eu falo de ações afirmativas, eu sempre vou lá atrás, e sempre falo na história do movimento negro, como fomos na década de 1970, 80. E aí as pessoas gostam. A gente fala com verdade porque a gente passou por isso, a gente não está inventando moda. E aí, a gente sempre ganha um monte de adeptos mesmo. Eu sei que o movimento negro tem crescido muito, muita gente mesmo. Não mais com uma coisa assim como a gente fazia. O que eu percebo que o movimento negro cresceu? Não só em número de militantes, mas a questão da consciência negra hoje é muito forte, muito forte. Qualquer lugar. Você chega em uma pessoa que você olha e acha que essa pessoa não sabe nada, o cara está jogando bolinha lá na rua, aí você passa: “É tia, sabe como é que é? A cor não é?” A gente fala: “É a cor impede sim, mas você tem que estudar!” Entendeu? Já identificaram que não é como eu achava, que os negros não conseguem alguma coisa porque não querem. Não. Concretamente em uma sociedade racista, a cor da pele abre ou fecha portas, entendeu? Vamos nós duas procurar emprego: a chance de você ganhar a vaga, com a mesma formação, ou às vezes até com alguns elementos a mais do que você no meu currículo, a chance, porque você tem a cara do padrão de beleza, do padrão de visibilidade positiva, você tem muito mais chance. E quando a gente fala nisso com as pessoas hoje, elas acreditam. Antes não: “Esse pessoal é complexado. Não é bem assim.” Hoje o “não é bem assim” a gente não ouve muito. A gente ouve muito mais o seguinte: “É, realmente, fui lá tentar uma vaga, me barraram. Deixei meu currículo no shopping...” E tem às vezes a coisa de colegas. Colegas saem para procurar emprego. Aí uma sabe que tem o currículo melhor que a outra. A outra era chamada para a entrevista e ela não. As negras, já pedem a foto aí pela foto eles já fazem a pré-seleção, boa aparência. As pessoas já começaram a perceber isso, sentem isso na pele, a juventude negra. Quantas vezes eles são parados pela PM. E se tem um negro em um banco, qual a diferença que um PM trata um jovem negro e um jovem branco. Aí depois você vai para o espaço geográfico, como ele trata um jovem na zona sul e como ele trata um jovem na zona oeste; como ele trata um jovem dentro

da favela aqui da Rocinha e como ele trata um jovem ali em baixo na Gávea. Então, é dessas coisas que a gente fala e as pessoas se identificam. É isso.

V.A. – Tem um projeto que também vem desde a vereança, que eu acho que você também apresentou na Alerj, que é o do quesito cor. Você pode explicar um pouquinho qual foi a motivação desse projeto?

J.B. – Por que, não é? No Brasil é muito engraçado, as pessoas sempre disseram assim: “Não, porque nós somos todos iguais.” Essa coisa de não dar visibilidade a cor está dentro daquela ideia de democracia racial, que nós temos todos o mesmo direito, e quando na verdade não é. E para você fazer análise de uma situação o item cor é superimportante, porque isso pode determinar as condições de vida das pessoas e pode determinar políticas públicas. Por exemplo, nós temos um grande número de mulheres negras que tem problema de miomatose. Tem que começar a pesquisar, por que isso? Aí você vai ter que jogar verba para pesquisa. A questão da anemia falciforme, que é a maioria de negros que tem também. Por que que tem isso? Precisa de dinheiro para a pesquisa. A gente acha que quando o estado trabalha focando as diferenças fica muito mais fácil ele fazer a aplicação de dinheiro público para melhorar a situação. E não você ver como um todo. Foi feita uma pesquisa pela Criola junto com a Secretaria de saúde, porque existe ainda, infelizmente, um grande número de mulheres que morrem em parto e pré-parto, mas desse item as mulheres negras são maioria. Aí você pode pegar o número geral: “Tanto ‘x’ de mulheres morrem de parto” mas se você for pegar que a maioria é negra, você vai poder pensar em uma capacitação para esses profissionais que trabalham nos postos de saúde, porque começa ali. O que elas dizem, as grávidas? “Você foi no posto de saúde?” “Fui.” “Quantas perguntas te fizeram?” “Uma.” “Verificou sua pressão?” “Não” “Fizeram exame de luz?” “Não” “Te indicaram para você fazer algum tratamento?” “Não” Aí você vai para uma moça branca: “Você foi no posto? E como é que te trataram?” “Assim, assado, assado...” Aí você vai entender por que as negras morrem mais. Aí chega lá no pré-parto: “Quantos toques você recebeu?” Para a mulher negra. “Um, dois.”

V.A. – Quantos?

J.B. – Toques na sala de pré-parto. Aí você pergunta para a moça branca, ela diz: “Quatro, cinco.” Aí você vai entender por que o neném daquela mulher deixou de nascer, porque passou da hora. Porque ao não ter esse contato com a mulher, ela deixa de ver o perigo que a pessoa está passando. A criança entrou em sacrifício e morreu. Aí vamos, por que a questão do racismo? Porque o racismo constrói um nojo do negro. O negro é sujo. Ainda mais no serviço

público. Aí junta negritude e pobreza, dois itens. Então, o médico, que tem uma formação, que a maioria dos médicos vêm de uma classe mais abastada, que é quem passa para a universidade para fazer medicina e que tem dinheiro para bancar a medicina, já tem todo um preconceito. E outro preconceito fortíssimo na questão da medicina, que tem a ver com a escravidão, é de que negro é forte. Eu vivia isso na minha infância. Eu nunca tive muita força física. Eu carregava água e minhas amigas carregavam latas de vinte litros, eu carregava de dez. E o pessoal falava: “Uma negona dessa...” eu sempre fui troncudinha. “Uma negona dessa e carrega uma latinha de água assim.” Então: a mulher negra é forte. Se ela é forte ela aguenta mais dor. “Então deixa ela sentindo aí mais um pouquinho de dor porque ela aguenta. Já a outra não, é fraquinha a branquinha.” Até a gente: “Branco é fraco.” Eu achava isso também, que branco é fraco. É branco é mais fraco... Nós que limpávamos as casas, nós que carregávamos os pesos, nós éramos os animais vendidos nos mercados como o quê? Viam os dentes, constituição física. Então essa coisa da animalização do negro é uma coisa presente até hoje. Logo o negro aguenta mais dor. Então uma mulher negra pode ficar muito mais tempo na sala de pré-parto, até entrar ela e o filho em sacrifício. Às vezes morre o filho, às vezes morrem os dois. Então quando eu apresentei esse projeto, é porque eu quero saber como é que a Saúde trata o negro. Dentro da questão da evasão escolar: “tantas crianças evadiram. Quem mais evadiu? Por quê?” Dentro da Psiquiatria: “internamos quantas pessoas? “Qual é a cor do interno?” Eu quero saber qual é a cor do cidadão do Estado do Rio de Janeiro que busca o serviço público. E a partir daí a gente vai saber como ele é atendido. A minha ideia é que, na verdade, tenha a capacitação de todos esses profissionais dentro dessa questão da desconstrução do racismo. Que esse já é um outro projeto que eu vou apresentar.

V.A. – Qual?

J.B. – É um projeto de capacitação mesmo de funcionários públicos, tentando fazer esse trabalho de desconstrução do racismo.

V.A. – Do racismo não, do mito da democracia racial, não?

J.B. – Não. Uma desconstrução do racismo mesmo. Você mostrar o negro com toda a sua plenitude. Aí você teria... É claro que aí vai passar também a discussão do mito da democracia racial, mas aí é uma coisa mais de capacitar mesmo profissionais que estão nessa área trabalhando, que eles estão lidando com pessoas. Não com coisas, com números. Agora, por exemplo também, eu fiz um projeto de lei que o estado disponibilize anualmente: quantos negros sofreram violência policial. Está tramitando, de entrada anteontem. E também com

relação aos homossexuais, apresentem quantos morrem. A gente precisa saber quem é que essa polícia está matando. A gente já sabe que é negro. Mas a gente quer que o estado oficialize isso e divulgue a lista para a gente. Não tem que vir instituto internacional para dizer isso para a gente. A gente quer que o estado divulgue a lista, porque quem acaba fazendo isso são as Ongs. O estado não está muito preocupado com isso.

V.A. – Agora, quando você bota esse quesito cor, tem a grande questão que é polêmica, que algumas pessoas discutem, como que você classifica as pessoas?

J.B. – É a questão da autodeclaração. Infelizmente isso aí é uma outra questão. Essa questão da autodeclaração tem sido, quando as pessoas querem bombardear inclusive esse sistema de cotas, eles pegam muito nisso. Aí eu gosto muito do Medeiros, ele fala muito sobre isso: quando foi para prejudicar, todo mundo sabia quem era negro e quem era branco. Por exemplo, o cara que contrata no shopping sabe quem é negro, tanto que não contrata. A polícia sabe quem é negro. Agora, tem uma outra questão, que é o próprio negro se auto definir, que é uma coisa que está em ascensão também. Me lembro que quando saiu aquela estatística do IBGE que falava que saiu marrom-bombom, mais de 300 categorias de cor, inclusive por estado, estado que identifica o negro como pretinho, moreninho. Mas a gente está conseguindo hoje colocar pardos e negros dentro da mesma classificação. E os negros começam já a sentir orgulho de ser negro. Isso é uma das coisas positivas do movimento negro, devolver a... nem devolver, porque não tinha, construir a autoestima da comunidade negra. Então hoje, pessoas assim, que você aparentemente acha não são negras, falam: “Não, eu sou negro com muito orgulho!” Aí fala da questão da origem de pai e de mãe, e aí justifica. Então acho que isso aí não seria problema não. Além de ter uns, visivelmente mesmo... eu vou chegar e perguntar a recepcionista, ela nem vai me perguntar a minha cor, vai colocar “cor negra”. Outra coisa é quando a pessoa estiver preenchendo e perceber que colocou a cor errada, a pessoa vai poder falar. Acho que isso aí é uma coisa que está bem andado.

V.A. – Porque na hora que a recepcionista, por exemplo, pergunta, ela não pode melindrar para a pessoa que não está entendendo qual é essa questão. Pergunta para o outro: qual é a sua cor?

A.P. – Essa capacitação deve passar também pela formação dessas pessoas?

J.B. – Exatamente. É por isso que eu estou falando da capacitação. É superimportante. É tudo. A polícia fez isso um tempo. Até quem trabalhou foi uma amiga minha, a Rosália Lemos, trabalhou fazendo capacitação da PM e da Polícia Civil, para abordagem, trabalhando a questão da abordagem. Mas acho que todo o estado deveria fazer sempre capacitação nessa área de

cidadania. E aí você ia pegar tudo: portador de deficiência, a questão do negro... Todos os funcionários deviam ter. É servidor público, ou seja, para servir a população, e não sabe como atender essas pessoas, que é uma diversidade. Aprender a lidar com a diversidade mesmo.

V.A. – E essa Beijing, que você disse que foi para lá pela Câmara Municipal, como é que foi essa história?

J.B. – Fomos, eu e acho que mais cinco vereadoras.

V.A. – Em 1995.

J.B. – Era um encontro promovido pela ONU para discutir a questão da mulher no mundo. E aí eu levei muito a questão da mulher negra. O material que eu levei falava sobre isso, sobre a mulher negra. Participei como delegada na conferência.

V.A. – Foi você e mais outras vereadoras?

J.B. – Eu, a Leila Maywald, a Rosa Fernandes...

V.A. – Como foram escolhidas as pessoas?

J.B. – A Câmara que indicou a gente para ir. Fomos representando o poder municipal.

V.A. – A mesa da Câmara?

J.B. – A mesa da Câmara indicou uma de cada partido. Aí tivemos uma reunião com o consulado chinês e eles referendaram a nossa participação. Mas foi muito legal, estavam a Martha Suplicy, a Benedita, aquela senadora a Emília Fernandes, conheci lá e ela é muito boa. E a temática era a questão da mulher mesmo, aí eu falei um monte de coisas. Aí foi tão engraçado, porque tinha acontecido comigo uma situação que a Unifem, que trabalha a questão da mulher, eles levaram um relatório para lá dizendo que as mulheres no mundo comiam menos do que os homens. E eu fiquei assim pensando aí depois eu me lembrei, que quando eu fui pequena tive um problema, que minha mãe colocou fogo no corpo aí eu fui ficar na casa de uma família que era muito pobre, muito pobre mesmo. E nessa casa as mulheres não jantavam, só os homens [riso]. Hoje dá para rir, mas naquela época dava para chorar. E lá em Beijing eu ouvi falar disso, que nos países pobres as mulheres têm menos ingestão de calorias do que os homens. E por quê? Porque como os homens pegam no pesado, e esse era exatamente o critério dessa casa que eu fiquei, porque o marido trabalhava lavando ônibus, os meninos trabalhavam em oficina com o negócio de pintura de carros; as mulheres ficavam em casa, estudavam ou trabalhavam em coisas domésticas. Então, a nós cabia a menor quantidade de ingestão de comida. Então a noite a gente não jantava, a gente tomava café preto, tipo quatro dedinhos e um biquinho de pão. E eu sempre fui fominha, olha, tinha noite que eu delirava [riso]. Pior que

minha mãe ficou seis meses internada. Foram seis meses da minha vida, que eu me lembro, terríveis. Acho que de lá que eu aprendi a comer mais ainda. Como para reservar. Vai que não tem depois. [risos] Foi isso que aconteceu, e eu tinha me esquecido disso.

V.A. – Unifem é o quê?

J.B. – Unifem é um organismo da ONU, como tem o Unicef, que trabalha com a criança...

V.A. – Da mulher, feminino, está certo.

J.B. – E aí, eu tinha esquecido dessa coisa que aconteceu comigo e me lembrei lá quando estava dando o relatório das mulheres, como era a questão da mulher no mundo. Aí eu me lembrei que isso já tinha acontecido comigo também. O que foi bom lá? Eu participei das discussões com as pessoas, foi lá em Beijing que nós construímos essa ideia... eu participei sempre da questão do parlamento, porque eu era parlamentar, então tinha “mulher e saúde”, não sei o que lá, e eu participei de “mulher e parlamento”. E nós lá em Beijing começamos a construir a tal da plataforma de cotas para mulheres no poder. Então a Martha veio de lá e fez no Congresso Nacional essa Lei que obriga que os partidos políticos, na lista, tenham 20% de mulheres. Foi uma construção que nós fizemos lá em Beijing. E toda a discussão que a gente teve lá, do governo disponibilizar recurso para coibir a violência contra a mulher, de se tentar mudar as Leis. Foi uma carta que o governo brasileiro assinou em Beijing. E nós estávamos lá ativamente participando, falando sobre essas questões.

A.P. – Em vários depoimentos que a gente tem recebido aqui, várias pessoas disseram que a força, das maiores forças da delegação negra brasileira na Conferência de Durban, foi a atuação das mulheres negras. Que essa atuação das mulheres negras também teve essa evidência em função de Beijing, do aprendizado que as mulheres negras tiveram na Conferência de Beijing.

J.B. – É verdade.

A.P. – Como é que você observa isso?

J.B. – É a tal coisa. A gente tem que aprender com quem sabe fazer. As mulheres brancas têm um monte de coisas para nos ensinar, como nós temos a elas, mas porque elas vieram de outro patamar da sociedade, tanto que nessa briga... ontem saiu uma relação no jornal, duas coisas importantes: as mulheres já são 53% no nível universitário, última pesquisa do Inep agora. E a outra questão é que no concurso para juiz aqui no Rio de Janeiro foram aprovados 23 homens e 48 mulheres. Ou seja, as mulheres brancas, e com certeza a maioria são mulheres brancas, elas saíram de um patamar e ascenderam muito mesmo na sociedade. Por quê? Elas vieram, a maioria, de famílias que tinham mais dinheiro. Tinha a questão da visibilidade positiva, de

serem mulheres brancas, e lá em Beijing elas estavam com tudo que tinham direito. Era um conferência internacional de mulheres onde a maioria das mulheres que estavam lá eram mulheres dos países nórdicos, americanas, então, a gente aprendeu um monte de coisas com elas, como participar das coisas, como fazer interlocução, como exigir. E nós mulheres negras que estávamos lá. E a gente veio de lá com a maior força, passou esse tempo todo aí teve a organização de Durban, e a gente participou exatamente com esse cabedal que a gente já tinha. Porque nós, além de termos participado da Conferência de Beijing a gente continua se relacionando. Aqui no Rio tem o fórum de mulheres, que é geral, mulheres e mulheres brancas. Então sempre quando precisa a gente participa junto. Então quando a gente foi para Durban, os homens não tinham participado de uma conferência como nós participamos. Então a gente já tinha uma experiência de congresso internacional, que a ONU promove, já com essa experiência. Então escrevemos muitas coisas. Tanto que realmente, lá a delegação brasileira deu show em Durban. Tivemos várias pessoas ali que tiveram espaço, como a Edna Roland que teve um espaço, que tem até hoje, não é? Levamos uma delegação muito boa. Que é outra coisa que acontece também no movimento negro: assim como as mulheres brancas estão conseguindo ascender sobre os homens brancos, nós mulheres negras também. Hoje a maioria das intelectuais no Brasil são mulheres negras, entre os negros. Qualquer conferência que eu vou, a maioria, a mesa está constituída de mulheres. Uma é não sei o que lá, outra é psiquiatra, outra fez não sei o que lá... Por quê? As mulheres acabaram tendo condições mais favoráveis do que os homens negros, que tiveram que ir para o mercado mais cedo. É exigido que o homem vá para o mercado mais cedo. E a mulher, quando a família pode, poupa um pouco de mandar para o mercado. Então nisso nós mulheres negras acabamos nos dando bem. Ainda tem uma outra questão, que nós acabamos optando pelas áreas de Humanas, áreas sociais, que é uma coisa que têm um perfil feminino. Então nós mulheres negras, também a maioria, somos formadas nessas áreas. Os homens gostam mais das áreas tecnológicas, as áreas mais masculinas e de mais difícil acesso nas universidades públicas. Então nós mulheres... vai ver a cara do Serviço Social da Uerj: é preta hoje. Um cara outro dia falou: “A Uerj está preta.” É, Serviço Social, Sociologia, está ficando preto mesmo o negócio lá. [riso] É exatamente isso, porque as mulheres se preparam para entrar nesse mercado. Então nós temos mais mulheres negras com nível superior do que homens negros.

A.P. – Esse mesmo estudo do Inep que saiu ontem, diz que 67% dos pós-graduandos brasileiros são mulheres.

J.B. – Eu nem vi isso. É?

A.P. – Estão na pós-graduação.

J.B. – 67%, deixa eu até anotar, porque amanhã tenho que fazer um pronunciamento lá.

A.P. – Bem mais do que na graduação.

J.B. – Que coisa não é? Agora, aí que está o item cor. Isso aí não tem, não é?

A.P. – Não tem.

J.B. – Será que se a gente entrar no site não tem?

A.P. – Não sei.

J.B. – Não deve ter não. Eles não gostam de fazer isso. Não sei por quê? Tem que obrigar lá. O Inep é um órgão federal, não é? Teria que ter uma lei federal exatamente para isso, para quando soltasse estatísticas, sempre investigasse o item cor.

A.P. – Você falou do IBGE, que são 138 cores que aparecem no Censo. E o Petrucelli, presidente do IBGE, tem sempre dito que essas 138 cores não são representativas. Que dá para trabalhar com as cinco categorias. Porque a pessoa que primeiro divulgou isso foi, enfim... porque essas 138 cores estão dentro de 4% do universo da análise. 96% da análise são nas cinco categorias. Aparece um marrom bombom, um não sei o que lá...

J.B. – Pior que é tudo a mesma coisa, jambo, marrom bombom, moreninho, pretinho...

A.P. – E o número é muito pequeno. 96% das pessoas que responderam, responderam dentro das cinco categorias. Só 4% ...

J.B. – Então é muito pequeno. Então não é tão significativo.

A.P. – Ele tem dito muito isso nas mesas sobre movimento negro...

J.B. – Ele estava na Uerj outro dia. Eu fui lá no debate que teve sobre a avaliação. Vamos lá.

A.P. – Então, você estava falando de Durban, não é?

J.B. – Aí teve essa preparação para Durban e foi legal...

[FINAL DA FITA 2 – B]

J.B. – ...Durban. Para mim também foi uma experiência muito legal, porque foi ver o movimento negro se mobilizar. E é claro que a gente tem muitas rugas no movimento, mas nesse momento que a gente estava se preparando para ir para Durban, existia assim uma afinidade muito grande, que era uma conferência internacional e que a gente sabia que ia ter

depois repercussão no Brasil mesmo. Porque se o Brasil fosse signatário de uma carta assinada lá, o movimento negro ficaria com muita força. Então nós fomos para Durban, uma delegação imensa, como ele mesmo disse, fora da África a maior delegação era a nossa, e quando a gente chegou lá a gente pôde inclusive ter o poder de influenciar outras delegações. Nós éramos referência inclusive em países africanos, que procuravam a gente para discutir nos bastidores. Uma surpresa, a gente era um pouco desconhecido de determinados países. Outra coisa boa, outra surpresa boa, foi que na época o governo brasileiro comprou a ideia. Tanto que eles mandaram para lá, o Fernando Henrique mandou ministros, um monte de gente, a delegação inclusive teve verba federal, parte dessa delegação foi enviada com verba federal. Então lá a gente teve uma atuação de grande influência, participando de palestras, fazendo pronunciamentos. A gente sempre fazia pronunciamentos lá e quando a gente veio de lá o Fernando Henrique resolveu implementar, começa aí a questão da política de cotas. Foi o Fernando Henrique que começou a implementar a política de cotas no Ministério... não me lembro. Qual foi? Uma das primeiras leis que ele fez. E aí começou a abrir essa discussão que já tinha começado com a gente com a marcha de Zumbi, com a vinda de Durban, ficou muito mais forte. Tudo isso aconteceu também no governo Fernando Henrique. Então a repercussão foi extremamente positiva, porque enquanto a gente estava lá todo dia saía matéria no jornal da nossa estada lá, das coisas que o governo brasileiro estava defendendo lá. E aí então, o que era importante nisso? Já não era mais só o movimento negro fazendo defesa, o governo brasileiro fez as defesas que nós decidimos nas conferências municipais e estaduais, entendeu? Então essa é a avaliação que eu tenho, que o governo brasileiro encampou a nossa retórica. E isso foi muito importante lá. Deu à gente uma credibilidade e logo depois, quando a gente chegou no Brasil, começou a implementar isso. E umas discussões que a gente tinha lá que eram legais: a questão da escravidão como crime de lesa-humanidade, era uma discussão muito forte lá; e a questão das reparações, que saiu de lá, como das mulheres teve a questão das reparações, no nosso caso, partindo pela questão das cotas nos partidos, saímos de lá da África do Sul definido que os governos signatários da carta de Durban iriam implementar em seus países também políticas de ação afirmativa. Então é por isso que quando a gente começa a discutir hoje aqui a questão das cotas, eu falo: “Não é a Jurema que está defendendo isso não. O Brasil assinou a carta.” A gente não está tirando isso da nossa cabeça. Quando o Lula hoje está tentando implementar a política de cotas nas universidades federais, quando o Tarso Genro anuncia o projeto da Universidade Para Todos, isso tudo tem o porquê. Porque daqui a pouco

tem o Durban + 10, e o que o Brasil fez? Qual a avaliação que a gente vai levar? O Brasil implementou a política? Não implementou? Então realmente foi uma coisa muito legal e tem frutos até hoje. Além dos vídeos que foram feitos, das relações que foram mais estreitadas, inclusive internacionalmente falando. Assim, o que para mim ficou dessa conferência, revisitamos a nossa história, legitimamos que a escravidão foi um crime de lesa-humanidade, do ponto de vista internacionalmente falando, e ainda estamos hoje tentando implementar o que foi decidido lá. Então para mim foi super positivo.

V.A. – Nesse mesmo governo Fernando Henrique... a gente acabou não falando da marcha. Você participou da marcha de Zumbi?

J.B. – Claro.

V.A. – Foi para Brasília?

J.B. – Foi antes ou depois?

V.A. – Foi junto com Beijin.

J.B. – Foi junto, é. Participei, fui para Brasília. Participei também, mas eu não participei do grupo que foi falar com o Fernando Henrique não. Não fui delegada para isso, fui para a marcha mesmo. Então, a marcha foi antes, foi no mesmo ano mas foi antes.

V.A. – Foi no mesmo ano de Beijin.

J.B. – Não. Espera aí.

V.A. – Foi em 1995.

J.B. – Em 1995, isso mesmo.

V.A. – Durban foi em 2001.

J.B. – Foi antes, isso mesmo. Bem antes. Então, porque o Fernando Henrique naquela época se comprometeu com a gente para um monte de coisas, mas ele não fez.

V.A. – Em 1995?

J.B. – É. Ali ele já disse que ia criar um organismo federal que tratasse da questão racial, como o Lula construiu agora a Secretaria. Mas ele não fez. Mas o Fernando Henrique, quando a gente esteve em Durban, ele se comprometeu com um monte de coisas e começou a aplicar. Por quê? Exatamente pela força e pela visibilidade das denúncias que o Brasil fez lá fora também.

V.A. – E teve o episódio dos 500 anos em Porto Seguro também.

J.B. – Esse eu não participei. Foi mais o pessoal que estava trabalhando na questão da terra. Tinha um pessoal de quilombos também, mas disso eu não participei não.

A.P. – Bom, e o Lula, logo assim que assume, dia 9 de janeiro, assina a Lei tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Como é que você analisa essa implementação?

J.B. – Primeiro, sempre foi uma reivindicação do movimento negro que a nossa história fosse contada dentro de tudo que é a história do negro no Brasil. Porque é aquele negócio que a gente sempre diz: tirar Zumbi lá dos porões da História já foi uma tremenda vitória. Mas ainda falta muita coisa, ainda falta falar desse, que eu chamo, sequestro dos negros de África para o Brasil. E também falta falar muito mais de como que foi que aconteceu a libertação. A princesa Isabel ainda é a referência. Nós construímos Zumbi, mas a princesa Isabel ainda existe nos livros escolares, ainda existe por parte da historiografia oficial essa ideia de que o negro não brigou pela sua libertação. E aí, quando contar a história do negro realmente, aí vai ver que a gente não veio todo mundo de um lugar só, não veio todo mundo de Angola, nem todo mundo veio da Namíbia, cada um veio de um lado. Eram povos com suas religiões, com suas crenças, com seus costumes. Porque parece que é tudo igual, é tudo negro. Não é tudo negro. Nós somos negros, mas são etnias diferentes na época na África. Então, para que o negro venha a conhecer realmente a sua história. É o que a gente sempre diz, não é? “Quem não conhece a sua história não pode ter uma identidade. E quem não tem identidade não sabe de onde que está falando.” Então para você saber de onde está falando você tem que ter identidade, tem que saber de onde você veio. E o grande problema do negro no Brasil sempre foi esse: falta de identidade. Que é uma coisa super difícil inclusive de resgatar. Super difícil. Como é que eu vou resgatar quem foi meu bisavô, tataravô... queimaram tudo no pós-libertação. Muito difícil de resgatar isso. Mas a ideia que o Lula fez o projeto e sancionou é exatamente isso, de colocar na parte histórica das escolas isso. Qual é a problemática para tirar esse projeto do papel? Os estados têm que regulamentar, apesar de ser uma Lei federal. Para que ela venha acontecer aqui no estado do Rio de Janeiro, o governo do estado vai ter que regulamentar. Um deputado até já fez essa Lei, o Noel de Carvalho. Agora, para sair do papel não vai ser mole. Aí é uma questão política. É a tal coisa: lei que pega e lei que não pega. Quais são as leis que pegam? Por exemplo, a do cigarro está pegando. Agora não pode fumar nem em shopping. São leis que vão... Por quê? Porque está existindo por parte da sociedade uma pressão contra os fumantes. Para a Lei da questão da História da África pegar no nosso currículo escolar, vai ter que continuar havendo agora pressão por estado, porque ela já é Lei federal, então tem que começar a haver pressão pelo estado, para que ele implemente nas Secretarias estaduais e nas Secretarias municipais. E aí que entra de novo... eu acho que o legal do movimento negro é assim: a gente sempre tem

uma demanda nova. Essa é uma demanda que o movimento negro tem agora. É legal, é Lei, mas se não houver por parte do movimento uma busca de afinidade entre nós para que nós possamos realmente brigar com os governos para que saia esta Lei do papel, não vai acontecer nada, vai ficar no papel. Por quê? Vai ter que capacitar os professores: é caro! Vai ter que mexer na indústria gráfica: é um outro problema. Você vai mexer com dinheiro, vai mexer com conceitos, com preconceitos, então não é uma coisa fácil de tirar do papel. É belíssimo! É tudo que a gente queria. A gente está reivindicando isso desde a marcha de Zumbi. Isso aí foi o que o pessoal entregou ao Fernando Henrique. O Lula fez agora. Mas se a gente não tiver unidade e competência para reivindicar dos governos estaduais isso, a gente não vai conseguir. Por exemplo, a questão das cotas, agora entrando na questão das cotas. Voltando de novo ao Medeiros: o Medeiros fala uma coisa muito legal, para você discutir cotas, você tem que saber de onde você está falando. Ele sempre fala assim: “Eu falo como militante do movimento negro.” E eu também. Um jurista pode falar como jurista a favor ou contra. Ele vai ter a Constituição a favor ou contra. Se você quiser usar a Constituição a favor da política de cotas você vai usar. O filho do Bolsonaro usou a favor. Tem o artigo quinto e o artigo terceiro da Constituição. O quinto diz que todos somos iguais e o terceiro diz que o Estado tem que promover a igualdade. Legal não é? São dois artigos, aí você usa quando lhe interessa. Quando ele entrou na Justiça dizendo que as cotas são inconstitucionais, ele usou um artigo.

V.A. – Quem?

J.B. – O filho do Bolsonaro deputado. Está tramitando ainda. De uma hora para outra pode cair. Se cair, cai tudo. Se a gente perder, acabou a política de cotas. Aí não vai ter mais para onde recorrer. Porque ele perdeu aqui no estado e está no Supremo. Então é muito sério... a questão das cotas hoje é assim: cada um defende como lhe interessa. Se a pessoa for contra vai na Constituição e está amparada na Constituição. Se for a favor, como é o nosso caso, a gente está amparado lá no artigo que diz que cabe ao Estado promover a igualdade entre os desiguais. Então, claro, eu sou favorável às cotas porque eu acredito que, por toda a história dos negros no Brasil, nós fomos sequestrados de África, foi feito todo um trabalho escravo no Brasil, os negros foram os principais construtores dessa nação, mas sempre estiveram em desvantagem. Primeiro estiveram em desvantagem porque não eram donos de si mesmo. Depois tiveram a desvantagem de quando houve a libertação, saíram sem direito a nada. E terceiro foi construído depois da libertação todo um arcabouço jurídico, político, ideológico, que deixou o negro fora das benesses do que ele plantou. Então, concretamente, a sociedade, os brancos do nosso país,

levaram muita vantagem, os senhores de escravos que construíram nosso país, os todopoderosos. Eles levaram muita vantagem, e ninguém abre mão de benesses. Nunca vai ser assim um dia, porque eles já tiveram oportunidade de fazer isso por livre vontade. Se eles quisessem mudar eles já teriam mudado. O parlamento já existe há muito tempo, então se eles quisessem fazer leis para mudar a situação dos negros, já poderiam ter mudado. Nunca quiseram. A iniciativa privada – que é uma coisa muito junto com a outra, poder político com poder econômico – também nunca quis mudar nisso, por isso que não contrata os negros para trabalhar. Nunca quiseram mudar. Então se você tem um governo comprometido com a diversidade da sociedade e se esse governo diz que é contra o que aconteceu aqui, contra a escravidão, que aliás é outra discussão, não é? O pessoal diz: “Mas o que eu tenho com isso? Não fui eu que escravizei ninguém.” Eu falo: “Realmente, a gente não é culpado, mas é responsável.” Culpado ninguém é pelo que o antepassado fez. Mas você torna-se responsável pelo que vai acontecer daqui para frente. E essa que é a discussão da questão das cotas hoje. E por que eu defendo? Exatamente porque eu não acredito que alguém que durante 300 anos foi escravo, depois de cento e poucos anos da escravidão, possa entrar em qualquer lugar para competir em pé de igualdade com alguém que já tem exatamente isso: 400 e poucos anos na nossa frente. 400 e poucos anos na nossa frente. Não tem como. Algo concreto disso tudo aí é exatamente isso, você conseguir... e aí entram as leis de ações afirmativas. O que são leis de ações afirmativas? Exatamente você tratar com desigualdade os já desiguais. O que é ação afirmativa ou discriminação positiva? O que é discriminação positiva? Você discrimina alguém que está em uma situação de desigualdade para tentar fazer com que ela chegue, não junto, mas pelo menos perto de alguém que durante anos e séculos já teve vantagem em uma sociedade. Que é a questão: o povo negro sempre em desvantagem. E como a escravidão foi um crime de Estado, o Estado brasileiro era escravocrata, é o Estado brasileiro que tem que fazer reparação, em primeiro lugar. Já acho que quando o Estado brasileiro faz a reparação aí você tem uma tendência da sociedade como um todo vir se convencendo, que aí vai chegar na história que você falou do shopping. Quando o Estado começa a dar pistas de que errou e que quer concertar, vai acontecer um efeito cascata na sociedade. Aí você vai chegar no cara lá que emprega e ele vai a começar a ver: “Poxa, o cara tem um currículo bom...” Então não vai ver o outro pela cor da pele e dizer: “Não quero essa pessoa aqui.” É mais ou menos o que está acontecendo agora na mídia. Vocês devem estar percebendo, não é? Para que existe a mídia? Para vender não é? E a mídia é antenada com os momentos históricos. Chegamos agora em um momento em que

descobriram que o negro está insatisfeito como a sociedade o vê o tempo todo, com essa invisibilidade. E o negro compra desde uma caixa de fósforo a uma joia da H. Stern, um monte de gente. Eu leio a revista *Raça*, um monte de gente lá dizendo que compra joia, perfume caro, eu, por exemplo, gosto de perfume francês. Então os negros compram, e compram o arroz Carreteiro, compram o açúcar União. E por que não uma propaganda voltada para essa pessoa comprar. Então como eles são muito espertos já sacaram isso. Então você está vendo agora a mídia, ela está realmente multirracial. Você vê agora, tem um comercial de criança de sapatinho, aí tem sempre uma menina negra, uma menina branca, uma loirinha... aí tem um comercial de escola: sempre tem uma menina negra. A diversidade racial a mídia já sacou, a insatisfação e o poder de compra. E aí uniu uma coisa a outra e é isso que a gente está vendo, na televisão toda hora agora tem propaganda com um negro. A *Globo* está indo até longe. Hoje de manhã eu vi, quase toda semana tem uma menina negra apresentando alguma coisa agora na *Globo*. Hoje de manhã eu estava vendo Rio das Ostras, então tinha uma repórter negra. Principalmente no interior a *Globo* bota muitas meninas negras, parece que agora está virando um padrão na *Globo*, as meninas negras como repórteres. Então isso é uma coisa positiva que está acontecendo. Mas por quê? Exatamente porque entenderam que a gente compra. A gente compra e a gente quer se ver no que compra. Então além dos produtos étnicos para negro, que vende mesmo, que é o produto para cabelo, desodorante para negros. Para além do produto étnico, você vê negro hoje fazendo comercial como gerente de banco. Aí ainda tem a questão da mídia oficial. A mídia oficial, principalmente no governo Lula, está dando um banho: Banco do Brasil, aparece um gerente negro falando; Caixa Econômica, aparece alguém negro falando; e aí os bancos que competem com os oficiais: no Banco Real aparece uma família negra belíssima em um barco passando o final de semana “porque ele tem Realmaster”. [riso] E assim vai... é uma coisa que a gente está vendo, eu estou vendo isso. Percebo uma mudança realmente, principalmente de dois anos para cá está ficando muito forte. Aí teve a questão da Taís Araújo nessa novela que foi muito legal, foi positivo mesmo ter a presença de uma menina, mulher negra, que vendeu, vende comerciais. Então eles perceberam que tem um filão aí também para vender coisas. As coisas estão começando a mudar. É só o começo. A cada década... são décadas, não é? Teve a década da desconstrução do mito da democracia racial, que foi entre 1970 e 80; 1990 a década de afirmação das políticas, é aí que surge a questão de Zumbi; e agora, de 2000 para cá, final dos 90 e início de 2000, para mim, a era das ações afirmativas. Então de década em década a gente vai construindo uma nova história para o Brasil. E eu espero

que seja uma história bem melhor. Aí eu voltei a falar aquela história que eu falei no início, que eu me considero assim tão nova, e é legal, porque as pessoas assim, minha mãe... nem viu esse novo Brasil que a gente está construindo à duras penas. A gente está construindo. Eu compro a revista *Raça* e vejo tanta gente que faz um monte de coisas, fora os que a gente já conhece, mas tanta gente que está aí batalhando, fazendo um monte coisas, estudando um monte de coisas, que a gente nem nunca ouviu falar. E aí volta uma questão legal da história do negro, que nós não tivemos ação afirmativa, tanto que eu estudei na Santa Úrsula. Então a maioria das pessoas da minha faixa de 40, ninguém teve ação afirmativa. E mesmo assim, apesar de tanta adversidade, apesar de tantas portas batidas na cara, de tanto “aqui não é o seu lugar”... Ontem eu estive com um empresário negro, e ele falou que outro dia entrou um fiscal do Ministério do Trabalho na empresa dele e falou: “Eu vim falar com o empresário.” Ele falou: “Pois não.” “Não falo com segurança.” Achou que ele era o segurança. Entende? Um dia uma moça foi no meu gabinete, ela estava no elevador e eu falei com ela, ela falou para o ascensorista: “Eu quero ir na vereadora Jurema.” Aí eu falei: “Você quer falar comigo?” Ela olhou para mim... aí depois quando ela chegou no gabinete ela descobriu que era eu. Então a sociedade não estava nem preparada para que o negro tivesse ascensão. Muito pelo contrário. Houve muita dificuldade mesmo para que o negro conseguisse estudar. Principalmente o estudo. O estudo é, para nós da comunidade negra que estivemos no movimento, por isso que a gente batalhou tanto pelas cotas, porque para nós tem que ter educação, sem educação sem chances. Sem educação, sem chances para o negro conseguir alguma coisa no Brasil. Por isso que para nós, dentro da política de ações afirmativas, a questão das cotas nas universidades é fundamental. Se bem que para mim não é só na universidade não. Acho que tem que brigar para ter cotas também no ensino médio, em todos os colégios públicos, Pedro II, nos colégios de aplicação, tem que ter. E quanto a outra questão que sempre nos acusam: “Mas vocês não são a favor das políticas universalistas?” Somos, só que elas até então não nos atenderam. Teve um momento em que a escola pública foi muito boa. Só que nesse momento os negros não conseguiam chegar à segunda série. Porque não adianta ter políticas universalistas sem focar determinadas diferenças. Você pode ter excelente escola de primeiro grau, de c.a., mas se a menina ou o menino negro não for visto ali com toda sua potencialidade... os educadores americanos fizeram uma pesquisa... engraçado, não sei como eles fizeram isso. Pesquisaram, acho que, durante quatro anos, a expectativa do professor para cada aluno. E é exatamente a expectativa do professor que se cumpre. Qual é expectativa, um menino loiro e um menino

negro? Um vindo da favela da Rocinha e o outro vindo da zona sul do Rio, do asfalto? O estímulo que o professor dá a um menino favelado e o estímulo que dá a um menino da chamada classe média, vai definir adiante se esse menino vai ou não chegar a sair das primeiras séries. Porque se você começa a ter um não-estímulo, a tendência é já cair fora. Já começa subliminarmente, porque nem sempre a coisa é verbalizada, a te dizer qual é o teu lugar. Faz um trabalhinho, não comenta, não elogia. Não espera muita coisa: “Filho de pedreiro, vai ser pedreiro mesmo.” Mas o filho do médico não: “Filho do médico, vai ser médico.” Então já é toda aquela atenção diferenciada. Então não adianta: ensino universalista não adianta nada se você não tiver à frente daquele ensino alguém que tenha uma ideia universalista. Universalista mesmo, não alguém que esteja lá dentro daquele espaço de educação tratando com diferenciação no sentido de jogar um para cima e outro para baixo. Então essa política universalista pode acontecer em um processo de reeducação dos seus profissionais, mas por enquanto a gente não tem isso. Por enquanto a gente tem uma política de educação, de saúde, que é realmente focal, que foca que um grupo étnico tenha direitos e outros só deveres e não direitos. Então acho que nós estamos bem melhor do que estivemos na década de 1970 e 80, já tivemos muitas conquistas, realmente muitas conquistas. A gente tem um legado deixando para quem vem atrás, eu que já tenho um neto, um legado para os nossos netos, bisnetos, que vão viver com certeza em um país... me lembrei de um samba do Martinho que ele canta assim: “Vai ter que amar a liberdade, só vai cantar em dó maior. Vai ter a felicidade de ver um Brasil melhor.” [cantando] [riso] Vai ser melhor o Brasil que eles vão viver, muito melhor. Porque o nosso... foi difícil viu?! A gente teve que matar um leão por dia. Literalmente era isso. Eu me lembro, na minha história, como é que eu ia para o segundo grau, trabalhava de manhã, pegava seis horas na fábrica. Era uma metalúrgica em São Cristóvão que eu trabalhava. Batia o cartão, já de macacão, seis horas. Maluquice! Depois, a noite ia para a escola, segundo grau, estudava no João Alfredo, que é em Vila Isabel e eu morava no Andaraí. Ou eu tomava duas conduções, o dinheiro não dava – senão por que eu ia trabalhar? Então eu ia a pé de Vila Isabel até no pico do morro. Ainda bem que na época eu era novinha, tinha o maior pique, energia mesmo, dava para fazer. Mas quem é que consegue fazer isso? Isso é um em um milhão. Por isso que eu digo: “Eu sou, eu posso ser para a minha raça uma fonte de referência, mas isso que aconteceu comigo é um em um milhão mesmo.” A maioria desiste. Muitas vezes eu estava lá na escola, começava a aula, aí quando terminava a aula o professor: “Jurema, acabou a aula. Vai embora.” Tinha dia que eu ia para a escola para dormir. Saía de casa às cinco horas da manhã, um dia

dei até “bom dia” para um morto. [riso] Eu passei pelo morto e o morto estava lá. E o morro era escuro, porque só teve luz no morro quando eu me tornei presidente da associação. Aí eu passei pelo morto e dei “bom dia”, ele não respondeu, claro, não podia. [risos] Não podia me responder. Aí eu fui embora trabalhar, fui para a escola, quando cheguei em casa a noite a minha mãe falou: “O Avelino morreu.” Eu falei: “Morreu como?” Ela falou: “Ele morreu. Ele bebeu... e morreu sentado.” Eu falei: “Então quando eu passei e dei “bom dia” ele já estava morto. [riso] Teve um piri-paque e morreu. Era tão cedo que eu descia para trabalhar que estava tudo escuro o morro.

V.A. – Você começou a trabalhar quando nessa metalúrgica?

J.B. – Acho que devia ter uns 18 ou 19 anos. Não era menor não, 18 ou 19.

V.A. – E fazia o quê? Qual era a sua função?

J.B. – Eu não sei. Aquela coisa que depois eu li em vários livros, na metalúrgica, geralmente o profissional não tem noção do que vai virar. Eu trabalhava com umas latas desse tamanho, e a gente tirava o óleo da lata. Usava uma luva até aqui, aí tirava o óleo da lata. E aí aquela folha ia para outro lugar. Ia virar alguma coisa depois que eu não sei o que é. Na época o sindicato dos metalúrgicos falava muito isso, que os trabalhadores trabalhavam com peças, que a ideia foi essa, para ele nunca ter noção que ele fazia o carro. Trabalhando com as peças isoladas ele não tinha noção que ele fazia o carro, logo ele não reivindicava um salário melhor. Trabalhava com peças, sei lá para vão aquelas peças. Outra fábrica que eu trabalhei eu até sabia. Eu trabalhei em uma fábrica que diferenciava pimentas. Era na fábrica Peixe. Eles embalavam cebolinhas, picles... e eu separava pimentas. Eles jogavam aquele tonel de pimentas, passava naquela esteira – eram mulheres só – e um monte de mulheres separando pimenta. Uma separava as verdes e outra as vermelhas, e depois a gente via os vidrinhos de pimenta. Aí pelo menos ali eu sabia o que estava fazendo. Eu sabia que estava separando pimenta. [riso] Mas lá nessa coisa da fábrica u não sabia para onde que ia não. Não tinha noção para onde ia aquela folha de alumínio que a gente fazia lá. É isso.

V.A. – Está ótimo.

J.B. – Está bom? Fechamos?

V.A. – Muito bom, muito obrigado. Acho que fechamos.

J.B. – Missão cumprida. Não gosto de ficar com um sentimento do negócio inacabado. Já estava há muito tempo.

[FIM DO DEPOIMENTO]